



GOVERNO DO
ESTADO DO CEARÁ
*Secretaria do Planejamento
e Gestão*

IPECE Conjuntura

Boletim da Conjuntura Econômica Cearense

1º Trimestre de 2015



Fortaleza – Ceará
Junho de 2015

ipece INSTITUTO
DE PESQUISA
E ESTRATÉGIA
ECONÔMICA
DO CEARÁ

GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ

Camilo Santana – Governador

Maria Izolda Cela de Arruda Coelho – Vice-Governadora

SECRETARIO DO PLANEJAMENTO E GESTÃO (SEPLAG)

Hugo Figueirêdo – Secretário

INSTITUTO DE PESQUISA E ESTRATÉGIA ECONÔMICA DO CEARÁ (IPECE)

Flávio Ataliba Flexa Daltro Barreto – Diretor Geral

Adriano Sarquis – Diretor de Estudos Econômicos

IPECE Conjuntura – 1º Trimestre – jan.-mar. de 2015

Equipe Técnica

Adriano Sarquis (Coordenação Geral)

Daniel Suliano (Coordenação Técnica)

Alexsandre Lira Cavalcante

Ana Cristina Lima Maia Souza

Gabriel Figueiredo

Jéssica Santos

José Freire Junior

Nicolino Trompieri Neto

Paulo Pontes

Witalo de Lima Paiva

O Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará (IPECE) é uma autarquia vinculada à Secretaria do Planejamento e Gestão do Estado do Ceará.

Fundado em 14 de abril de 2003, o IPECE é o órgão do Governo responsável pela geração de estudos, pesquisas e informações socioeconômicas e geográficas que permitem a avaliação de programas e a elaboração de estratégias e políticas públicas para o desenvolvimento do Estado do Ceará.

Missão

Disponibilizar informações geosocioeconômicas, elaborar estratégias e propor políticas públicas que viabilizem o desenvolvimento do Estado do Ceará.

Valores

Ética e transparência; Rigor científico; Competência profissional; Cooperação interinstitucional e Compromisso com a sociedade.

INSTITUTO DE PESQUISA E ESTRATÉGIA ECONÔMICA DO CEARÁ (IPECE)

Av. Gal. Afonso Albuquerque Lima, s/nº - Edifício SEPLAG, 2º Andar

Centro Administrativo Governador Virgílio Távora – Cambéba

Tel. (85) 3101-3496

CEP: 60830-120 – Fortaleza-CE.

ouvidoria@ipece.ce.gov.br

www.ipece.ce.gov.br

APRESENTAÇÃO

O Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará (IPECE) publica o IPECE CONJUNTURA – Boletim da Conjuntura Econômica cearense, referente aos resultados do 1º trimestre de 2015.

Neste documento, são feitas análises do cenário econômico internacional e nacional, os quais serviram de parâmetros para o desempenho da atividade econômica estadual.

O Boletim contempla uma série de seções envolvendo indicadores que traduzem o dinamismo conjuntural da economia cearense, com destaque para o PIB regional e o comportamento setorial da agropecuária, indústria e serviços com foco no comércio varejista. O mercado de trabalho da Região Metropolitana de Fortaleza e os empregos formais do Estado além do comércio exterior e finanças públicas são também temas em diferentes seções.

Paralelo à análise da conjuntura, a última seção reserva um espaço para reflexão sobre temas de interesse da sociedade. Este número traz um artigo onde se discute o federalismo fiscal brasileiro.

O Boletim IPECE CONJUNTURA procura atender a demanda do setor público e privado por informações de curto prazo da economia cearense.

ÍNDICE

SUMÁRIO EXECUTIVO, 3

1. PANORAMA INTERNACIONAL, 5

2. EVOLUÇÃO DA ECONOMIA BRASILEIRA, 7

3. ECONOMIA CEARENSE E PRODUTO INTERNO BRUTO, 14

4. ANÁLISE DA DINÂMICA SETORIAL, 15

4.1. Agropecuária, 15

4.2. Indústria, 19

4.3. Serviços, 25

4.3.1. Comércio Varejista, 25

5. MERCADO DE TRABALHO, 30

5.1. Região Metropolitana de Fortaleza, 30

5.2. Emprego Formal, 32

6. COMÉRCIO EXTERIOR, 35

7. FINANÇAS PÚBLICAS, 44

8. CONSIDERAÇÕES GERAIS, 47

9. ARTIGO DE OPINIÃO, 51

O Federalismo Fiscal Brasileiro e Algumas de Suas Distorções, 51

IPECE Conjuntura / Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará (IPECE). – Fortaleza, CEARÁ.
ISSN 2357-7789

Economia Brasileira. Economia Cearense. Indústria.
Mercado de Trabalho. Finanças Públicas.
Fortaleza – Ceará

SUMÁRIO EXECUTIVO

- Na última edição do *World Economic Outlook* (abril de 2015) o FMI manteve a projeção de crescimento da economia mundial em 3,5%.
- O PIB nacional a preços de mercado, no primeiro trimestre de 2015, recuou -0,2% em relação ao quarto trimestre de 2014 confirmando a tendência de estagnação da economia brasileira juntamente com elevação dos preços, o que caracteriza um cenário conhecido dentro da teoria econômica como estagflação.
- No primeiro trimestre de 2015 com relação ao mesmo período de 2014, a economia cearense apresentou uma taxa de crescimento de 1,05%. Este crescimento foi superior ao nacional, mas inferior ao registrado no primeiro trimestre de 2014, com relação ao mesmo período de 2013, quando foi verificado um crescimento de 3,93%.
- No começo de 2015, o setor agropecuário experimentou uma situação climática desfavorável, caracterizada pela longa estiagem no Ceará e em todo o Nordeste, com baixa umidade e degradação do solo. Dados da FUNCEME para o primeiro trimestre de 2015 apresentaram uma quantidade de chuva abaixo da média observada.
- No trimestre inicial de 2015 a indústria de transformação cearense manteve a sequência de resultados negativos que caracterizaram o ano 2014. Nos meses de janeiro a março, a produção industrial registrou uma redução de 6,1% na comparação com o mesmo período de 2014, conforme o indicador de produção física da Pesquisa Industrial Mensal do IBGE.
- Com relação ao varejo comum cearense é possível notar também uma desaceleração no ritmo de vendas, passando a apresentar queda no início de 2015, revertendo completamente a trajetória de sucessivas taxas de crescimento observadas até então.
- A taxa de desemprego na RMF vem apresentando fortes oscilações, tendo atingido um dos níveis mais baixos da série em dezembro de 2014 (6,9%) e forte crescimento a partir de então. Em março de 2014, por exemplo, a taxa de desocupados chegou a 8% e dadas as condições conjunturais atuais a tendência é de alta nos próximos meses.
- Em 2011, o estado do Ceará criou 5.416 postos no acumulado do primeiro trimestre. Todavia, após a recuperação em 2014, antecedida da perda de postos de trabalho em 2013, o estado passou a registrar o maior fechamento de postos de trabalho no primeiro trimestre de 2015, sendo o quinto estado do país a registrar a maior perda de postos de trabalho.
- No primeiro trimestre de 2015 a pauta de exportações cearenses continuou sendo liderada pelas vendas de calçados e partes, couros e o setor de frutas (exceto castanha de

caju). É importante destacar o crescimento das exportações de máquinas e equipamentos que apesar de representar apenas 2,46%, apresentou uma elevada variação (803,22%) neste primeiro trimestre do ano. No rol das importações, o grupo de combustíveis minerais foi o primeiro colocado no estado, com valor de US\$ 558,94 milhões, consistindo em mais da metade (55,26%) do total das importações nesse período, apresentando alta de 903,53% em relação ao mesmo período de 2014.

- Do lado fiscal, tanto as receitas tributárias como as de transferências foram reduzidas no primeiro trimestre de 2015 em 1,4% e 4%, respectivamente. A única rubrica a registrar crescimento foi a de “operações de crédito”, com receitas 20,3% superiores às verificadas em 2014. Do lado das despesas, o maior crescimento ocorreu com o pagamento de “juros e encargos da dívida”, que avançaram 38,1%. Já as despesas de capital caíram entre os dois períodos em análise (-23%), destacando-se a queda de 28,9% nos investimentos estaduais.

1 PANORAMA INTERNACIONAL

O Fundo Monetário Internacional, na última divulgação do *World Economic Outlook* (abril de 2015) manteve a projeção de crescimento da economia mundial em 3,5%. Todavia, nesse primeiro trimestre de 2015 o impulso da economia mundial foi um dos mais frágeis dos últimos períodos.

Esse fraco desempenho econômico ainda está atrelado aos efeitos da crise sentido por vários países da Europa e países emergentes. No caso dos países europeus muitos ainda sofrem com a crise financeira, baixo investimento e elevada dívida pública. Já os países emergentes enfrentaram o baixo investimento e a baixa produtividade, além da queda de preço do petróleo que atingiu as receitas dos países exportadores dessa *commodity*.

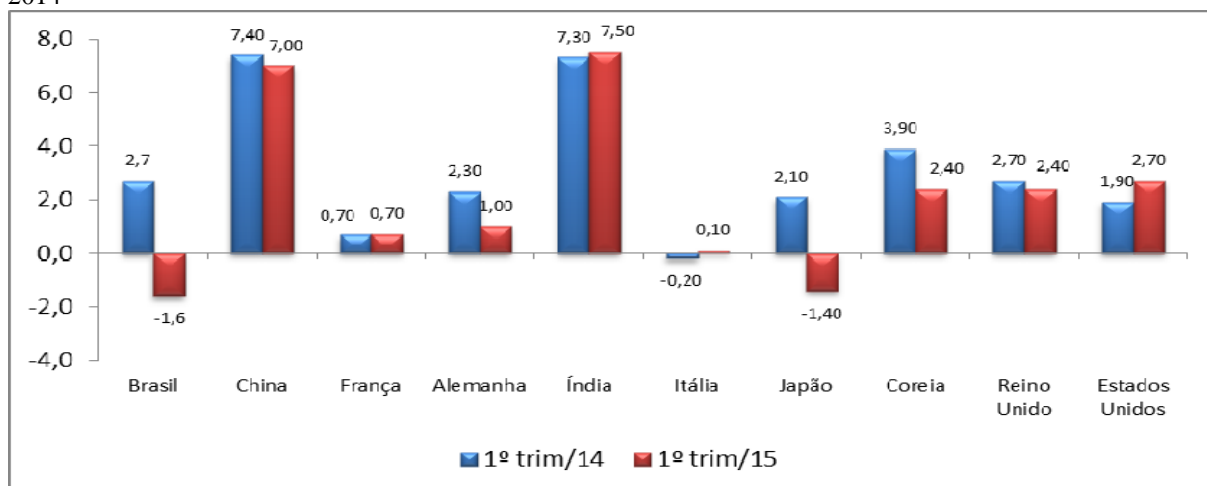
Conforme os dados estatísticos da OCDE, a Alemanha apresentou crescimento de 1% nesse primeiro trimestre de 2015, comparado ao mesmo período do ano anterior, quando o crescimento foi de 2,3%. O país vem estimulando o consumo e os gastos do governo para expandir a economia. A França e Itália continuam com taxas de crescimento mais tímidas, com 0,7% e 0,1%, respectivamente, indicando recuperação mais lenta.

Quanto aos Estados Unidos, verificou-se um melhor desempenho nesse primeiro trimestre de 2015, com crescimento de 2,7%, superior ao registrado no mesmo período de 2014 (1,9%). Porém, o FMI analisou esse crescimento como abaixo do esperado em virtude do “clima desfavorável, uma contração forte no investimento no setor de energia, a greve dos portos da costa oeste e os efeitos do dólar mais forte”. Diante desse resultado o FMI reduziu a estimativa de crescimento do país para o ano de 2015, cuja taxa passou de 3,1% para 2,5%. Mesmo com essa redução, a Instituição acredita que a economia do país está mais sólida e deverá se beneficiar com a queda do preço do petróleo, mantendo o crescimento.

A economia do Japão continua apresentando fraco desempenho, com queda de 1,4% no primeiro trimestre de 2015, comparado ao mesmo período de 2014. Analistas destacaram a fraca retomada dos gastos com consumo e investimentos em capital como sinais preocupantes para o futuro. O governo continua aplicando uma política de ajuste de preços, prevendo atingir a meta de inflação de 2%.

Com relação às economias emergentes, estas também vêm apresentando um menor ritmo de crescimento econômico. A economia chinesa sofre com os efeitos da economia mundial, gerando uma redução das exportações. Essa redução tem provado queda na produção industrial do País. Diante disso, o governo chinês anunciou sua meta de crescimento econômico para este ano de 7%, contra os 7,4% alcançados em 2014, com um impulso às reformas estruturais, como no setor financeiro, para dar sequência à transformação do modelo econômico do país. O Brasil, por sua vez, apresentou um dos piores resultados nos últimos períodos, com queda de 1,6% no primeiro trimestre de 2015, comparada ao mesmo período do ano anterior. O país continua sofrendo com os efeitos de inflação elevada e baixo investimento.

Gráfico 1.1: Taxa (%) de crescimento da economia – 1º trimestre de 2015 em relação ao mesmo trimestre de 2014



Fonte: OECD. Elaboração: IPECE.

2 EVOLUÇÃO DA ECONOMIA BRASILEIRA

No primeiro trimestre de 2015, o Produto Interno Bruto (PIB) do Brasil, que representa o somatório dos valores adicionados dos setores da Agropecuária, Indústria e Serviços, acrescidos dos impostos líquidos dos subsídios, registrou uma queda de 1,6% em relação ao primeiro trimestre de 2014 (Tabela 2.1), apresentando um desempenho bem inferior ao primeiro trimestre de 2014 com relação ao mesmo período do ano de 2013.

Tabela 2.1: Taxas de crescimento (%) do PIB e Valor Adicionado por atividades - Brasil - 2014 e 1º Trim. 2015 (*)

Setores e Atividades	1º Trim. 2014 (**)	2º Trim. 2014 (**)	3º Trim. 2014 (**)	4º Trim. 2014 (**)	2014	1º Trim. 2015 (**)
Agropecuária	3,4	-1,5	-1,4	1,2	0,4	4,0
Indústria	3,0	-3,6	-1,9	-1,9	-1,2	-3,0
Extrativa Mineral	6,1	7,6	11,1	9,7	8,7	12,8
Transformação	1,0	-6,3	-4,0	-5,4	-3,8	-7,0
Construção Civil	3,5	-5,6	-5,3	-2,3	-2,6	-2,9
Eletricidade, Gás e Água (SIUP)	7,2	4,7	6,5	5,9	2,6	-12,0
Serviços	2,4	-0,2	0,3	0,4	0,7	-1,2
Comércio	2,5	-3,6	-2,8	-2,9	-1,8	-6,0
Transportes	6,9	-0,5	1,4	0,8	2,0	-3,6
Intermediação Financeira	2,7	-0,6	-1,6	1,9	0,4	-0,4
Administração Pública	1,2	0,5	0,3	-0,1	0,5	-1,4
Outros Serviços	0,3	-1,2	0,3	1,1	0,1	-0,6
VA a preços básicos	0,3	-1,2	0,3	1,1	0,1	-1,2
PIB pm	2,7	-1,2	-0,6	-0,2	0,1	-1,6

Fonte: IPECE e IBGE.

(*) São dados preliminares e podem sofrer alterações, quando forem divulgados os dados definitivos;

(**) Em comparação a igual período do ano anterior;

(***) Em comparação aos quatro trimestres imediatamente anteriores.

Em relação aos Valores Adicionados dos setores, a Agropecuária cresceu 4,0% no primeiro trimestre de 2015 em relação a igual período de 2014, principalmente pelo desempenho de alguns produtos da lavoura com safra relevante no 1º trimestre. Segundo o Levantamento Sistemático da Produção Agrícola (LSPA/IBGE), esse é o caso da soja (10,6%), do arroz (0,7%), da mandioca (5,1%) e do fumo (1,7%). Por outro lado, o milho, cuja safra também é significativa no primeiro trimestre, apresentou variação negativa (-3,1%).

A Indústria recuou 3,0%. Nesse contexto, a Indústria de Transformação caiu 7,0%, com o decréscimo da produção da indústria automotiva; máquinas e equipamentos; produtos eletrônicos e equipamentos de informática; artigos do vestuário; e produtos do fumo.

A atividade de Eletricidade e gás, água, esgoto e limpeza urbana registrou queda de 12,0%, sendo influenciada negativamente pelo maior uso das termelétricas na geração de energia e pela redução do fornecimento e consumo de água. A Construção civil também apresentou redução de 2,9%. Já a Extrativa Mineral cresceu 12,8% em relação ao primeiro trimestre de 2014, puxada pelo aumento da extração de petróleo, gás natural e minérios ferrosos.

O valor adicionado de Serviços caiu 1,2% em relação ao mesmo período do ano anterior, com destaque negativo para a contração de 6,0% do Comércio (atacadista e varejista) e de 3,6% de Transporte, armazenagem e correio (que engloba carga e passageiros). Também apresentaram resultados negativos as atividades de Administração, saúde e educação pública (-1,4%), Outros Serviços (-0,6%) e Intermediação financeira e seguros (-0,4%). Registraram resultados positivos as Atividades imobiliárias (2,8%) e os Serviços de informação (2,9%), atividade esta que inclui telecomunicações, atividades de TV, rádio e cinema, edição de jornais, livros e revistas, informática e demais serviços relacionados às tecnologias da informação e comunicação (TICs).

A Tabela 2.2 apresenta os resultados da taxa de crescimento do PIB trimestral nacional com ajuste sazonal (crescimento com relação ao trimestre imediatamente anterior) pela ótica da oferta (grandes setores) e pela ótica da demanda ou despesa (consumo, governo e setor externo).

O PIB nacional a preços de mercado no primeiro trimestre de 2015 recuou -0,2% em relação ao quarto trimestre de 2014 confirmando a tendência de estagnação da economia brasileira juntamente com elevação dos preços (Gráfico 2.1), o que caracteriza um cenário conhecido dentro da teoria econômica como estagflação.

Dentro dos grandes setores, a agropecuária foi mais uma vez o destaque com expansão de 4,7%. Na verdade, nos dois últimos trimestres foi o único setor que apresentou desempenho positivo evitando queda ainda maior no agregado de todos os setores. Não obstante a queda de preços de algumas *commodities*, o setor agropecuário ainda é destaque no cenário econômico

nacional. Já a Indústria e Serviços registraram queda de -0,3% e -0,7%, respectivamente. O desempenho negativo do setor de serviços acabou se tornando o principal fator para o recuo no trimestre, dada a sua participação de mais de 70% na produção total.

Tabela 2.2: Taxa de crescimento do PIB Trimestral - Brasil (%)

Com Ajuste Sazonal						
Descrição		1º Trim. (2014)	2º Trim. (2014)	3º Trim. (2014)	4º Trim. (2014)	1º Trim. (2015)
PIB a preços de mercado		0,7	-1,4	0,2	0,3	-0,2
Ótica da oferta	Agropecuária	2,6	-1,6	-1,3	1,8	4,7
	Indústria	0,7	-3,9	1,8	-0,4	-0,3
	Serviços	0,5	-0,8	0,5	0,2	-0,7
Ótica da Demanda	Consumo das famílias	0,6	-0,7	0,2	1,1	-1,5
	Consumo do governo	-0,3	0,2	0,7	-0,9	-1,3
	Formação bruta de capital fixo (FBKF)	-0,6	-4,3	-0,5	-0,6	-1,3
	Exportações	-1,5	-0,5	-1,2	-4,4	5,7
	Importações (-)	2,0	-3,5	2,4	-4,9	1,2

Fonte: IBGE, Contas Nacionais. Elaboração: IPECE.

A escalada dos juros pelo Banco Central desde abril de 2013 tem sido um dos principais fatores responsáveis pelo arrefecimento dos serviços, que inclui o subsetor do comércio e de intermediação financeira. Considerando o tempo de defasagem entre a elevação dos juros e o impacto na economia real, a tendência é que o setor continue estagnado dado o novo ciclo de alta de juros iniciado em novembro de 2014.

As duas quedas seguidas do PIB industrial acabou jogando o setor em recessão técnica. Na verdade, ao longo dos trimestres a indústria tem apresentado sucessivas quedas trimestrais, apesar de semestre ou outro registrar desempenho positivo. Sabe-se que a tendência inflacionária e a baixa demanda por conta da queda real da renda são fatores conjunturais que têm prejudicado o setor. Todavia, deve-se mais uma vez ressaltar os velhos problemas estruturais presentes na economia, como baixa produtividade do trabalho e infraestrutura precária que contribuem para o fraco desempenho industrial.

Do lado da demanda, o consumo, que já dava sinais de retração e baixo crescimento com relação a períodos anteriores, registrou recuo de -1,5%, o que reflete a cautela dos

consumidores em relação ao atual turbulento cenário macroeconômico. De fato, a inflação acumulada até março de 2015 encontrava-se em 8,2% comprometendo o poder de compra dos assalariados.

Seguindo o processo de ajuste nas contas públicas o consumo do governo contraiu-se em -1,3% neste primeiro trimestre de 2015. Considerando a forte expansão dos gastos públicos nos últimos anos e o compromisso de um superávit primário de 0,7%, a perspectiva para 2015 é que os gastos públicos sejam reduzidos ainda mais nos próximos trimestres.

A formação bruta de capital fixo sofreu novo recuo (-1,3%) sendo, portanto, a sétima contração consecutiva, resultado da baixa confiança do setor privado. Convém destacar que o nível de investimento encontra-se no patamar de 19,6% do PIB, valor comparável ao de 2009, ano em que a economia brasileira sofreu agudamente os reflexos da crise internacional. A melhora das expectativas ante o cenário futuro pode vir a estabelecer algum crescimento considerando o nível de capacidade ociosa instalada na economia nacional.

No setor externo, tanto as exportações como as importações se recuperaram das retrações sofridas no trimestre anterior, registrando crescimento de 5,7% e 1,2%, respectivamente. A desvalorização cambial permitiu a recuperação das exportações que voltou a ter um crescimento razoável, depois de sucessivas retrações nos trimestres anteriores.

Inflação e Taxa de Juros

A divulgação do IPCA de março de 2015 da RMF registrou a quarta maior variação de todas as cidades pesquisadas, em torno de 1,57%, ficando atrás apenas das cidades de Porto Alegre (1,81%), Campo Grande (1,79%) e Curitiba (1,69%). Já com relação ao acumulado no primeiro trimestre de 2015, a RMF registrou uma variação acumulada de 3,5%, maior que as cidades de Belém, Recife Salvador, Brasília e Vitória. A Região Metropolitana do Rio de Janeiro foi responsável pela maior variação do primeiro trimestre de 2015 dentre as cidades pesquisadas (4,32%). Esses dados apontam para um fortalecimento do processo inflacionário no país no início de 2015.

Por sua vez, o INPC, que é um índice que afeta mais diretamente as famílias de menor poder aquisitivo tendo em conta ser medido na faixa de renda das famílias de 1 a 5 salários

mínimos, registrou variação de 1,4% na RMF, em março deste ano, sendo, portanto, inferior ao registrado pelo IPCA no mesmo período.

Em termos da variação acumulada no primeiro trimestre de 2015, o INPC teve na Região Metropolitana do Rio de Janeiro a maior variação (5,47%). Já Fortaleza registrou 3,54% no primeiro trimestre de 2015, bem menor que a registrada no Rio de Janeiro, ficando acima apenas das variações registradas nas cidades de Belém, Recife e Brasília. (Tabela 2.3).

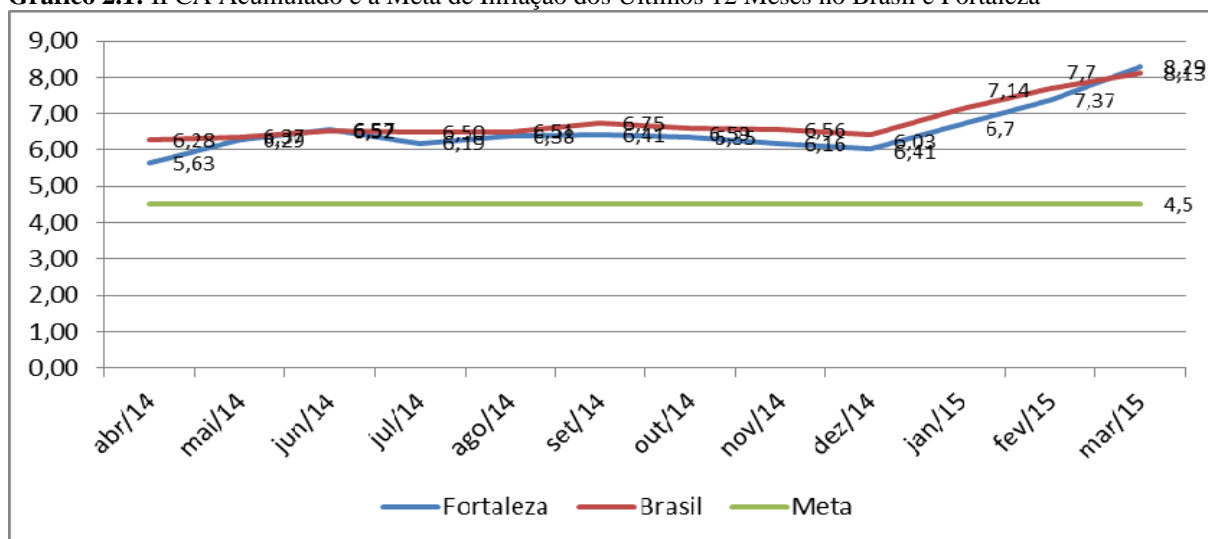
Tabela 2.3: IPCA e INPC do Mês de Março e do Primeiro Trimestre de 2015

Região	Variação (%)			
	IPCA		INPC	
	Março (%)	Acumulado no ano (%)	Março (%)	Acumulado no ano (%)
Belém	0,58	2,69	0,55	2,55
Recife	0,56	2,79	0,64	3,01
Salvador	0,87	3,45	0,94	3,56
São Paulo	1,31	4,23	1,52	4,92
Rio de Janeiro	1,35	4,32	1,84	5,47
Goiânia	1,43	4,12	1,97	4,69
Belo Horizonte	1,48	3,68	1,68	3,77
Porto Alegre	1,81	4,19	2,17	4,51
Curitiba	1,69	4,07	2,3	4,95
Fortaleza	1,57	3,5	1,4	3,54
Brasília	1,18	2,56	1,86	3,43
Campo Grande	1,79	3,91	1,92	3,89
Vitória	1,45	3,38	1,74	3,65
Brasil	1,32	3,83	1,51	4,21

Fonte: IBGE. Elaboração: IPECE.

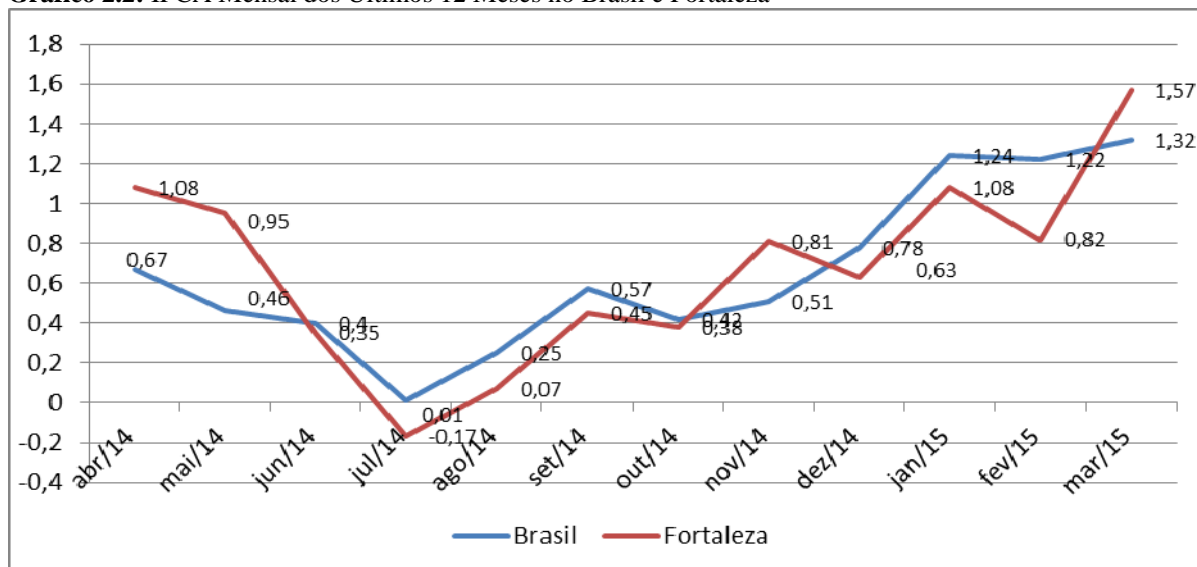
O Gráfico 2.1 abaixo apresenta a evolução do IPCA acumulado dos últimos doze meses, revelando que os índices da RMF e do Brasil vêm se distanciando cada vez mais da meta estipulada pelo Banco Central (4,5%). Ou seja, no acumulado de março de 2015 o índice de inflação oficial do governo ficou acima da meta estipulada, em torno de três e meio pontos percentuais, gerando apreensão em todos os setores da economia brasileira.

Pela primeira vez desde julho de 2014 o IPCA acumulado dos últimos doze meses em Fortaleza superou o do Brasil, fato ocorrido em março de 2015, com 8,29% e 8,13%, respectivamente. Durante o ano de 2014 tanto o IPCA acumulado de Fortaleza como o do Brasil girou em torno de 6%. Porém, a partir de 2015 a inflação chegou aos 7% e já em março ultrapassou os 8%, o que sinaliza um alerta para as autoridades econômicas do país.

Gráfico 2.1: IPCA Acumulado e a Meta de Inflação dos Últimos 12 Meses no Brasil e Fortaleza

Fonte: IBGE. Elaboração: IPECE.

Desde maio de 2014 o IPCA da Região Metropolitana de Fortaleza tem ficado abaixo de um ponto percentual, chegando a registrar, em julho de 2014, uma deflação (-0,17%). Porém, em janeiro de 2015, o IPCA de Fortaleza ultrapassou a casa de um ponto percentual, recuando logo no mês seguinte e tendo uma forte alta em março de 2015 (1,57%).

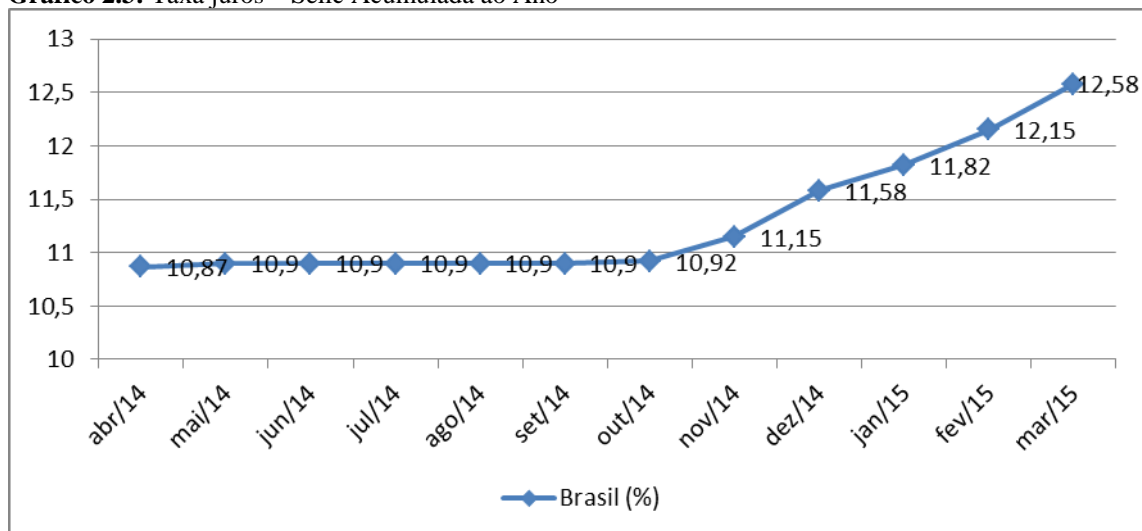
Gráfico 2.2: IPCA Mensal dos Últimos 12 Meses no Brasil e Fortaleza

Fonte: IBGE. Elaboração: IPECE.

No Gráfico 2.3, a seguir, é observada a evolução da taxa Selic entre abril de 2014 e março de 2015. No período de abril a novembro de 2014 a taxa média de juros ficou praticamente no mesmo patamar, ou seja, próxima aos 11%. No entanto, a partir de dezembro de 2014 começou a ocorrer uma trajetória de subida no comportamento da Selic, ultrapassando os 11% no final de 2014 e chegando a 12,5% em março de 2015, confirmando a expectativa do

mercado financeiro de uma política de elevação das taxas de juros praticada no ano 2015, como forma de controlar o crédito e o consumo.

Gráfico 2.3: Taxa juros – Selic Acumulada ao Ano



Fonte: Banco Central do Brasil. Elaboração: IPECE.

Balanco de Pagamentos

Os dados da Tabela 2.4 a seguir apresentam o *déficit* em transações correntes consolidado para os últimos quatro anos. Como pode ser observado, o déficit brasileiro vem crescendo sistematicamente desde 2011 vindo a quase dobrar em 2014, quando registrou a surpreendente marca de US\$ 90,9 bilhões (4,19% do PIB).

Tabela 2.4: Déficit em Transações (% PIB)

2011	2,12
2012	2,41
2013	3,62
2014	4,19

Fonte: Banco Central. Elaboração: IPECE.

A depreciação do real, que vem ocorrendo ao longo de 2015 com um valor de equilíbrio do câmbio acima dos R\$ 3,00, pode vir a melhorar o saldo da balança comercial nos próximos trimestres, contribuindo para reduzir o saldo negativo das contas externas. Além disso, as expectativas se voltam para a retirada dos estímulos monetários por parte do FED e a elevação dos juros americanos a partir de setembro de 2015. Caso essas expectativas se consolidem,

problemas de financiamento, tanto por investimentos estrangeiros diretos como por capitais de curto prazo, poderão gerar crises no balanço de pagamentos da economia brasileira.

3 ECONOMIA CEARENSE E PRODUTO INTERNO BRUTO

No primeiro trimestre de 2015 com relação ao mesmo período de 2014, a economia cearense apresentou uma taxa de crescimento de 1,05%. Este crescimento foi superior ao nacional, mas inferior ao registrado no primeiro trimestre de 2014, com relação ao mesmo período de 2013, quando se verificou um crescimento de 3,93%. (Tabela 3.1).

Tabela 3.1: Taxas de crescimento (%) do PIB e Valor Adicionado por atividades - Ceará - 2014 e 1º Trim. 2015 (*)

Setores e Atividades	1º Trim. 2014 (**)	2º Trim. 2014 (**)	3º Trim. 2014 (**)	4º Trim. 2014 (**)	2014	1º Trim. 2015 (**)
Agropecuária	41,80	52,60	51,22	37,22	65,07	20,31
Indústria	1,70	-4,20	-0,73	-1,89	-1,87	-2,52
Extrativa Mineral	-19,87	-18,77	-2,16	6,43	-11,78	-4,04
Transformação	0,85	-5,04	-2,16	-5,21	-3,25	-5,86
Construção Civil	3,43	-5,47	-2,90	0,60	-2,55	0,15
Eletricidade, Gás e Água (SIUP)	4,87	1,10	4,92	2,29	2,99	1,25
Serviços	4,00	3,00	4,51	2,80	3,59	0,73
Comércio	8,13	5,24	4,11	2,53	3,83	-3,82
Alojamento e Alimentação	10,48	9,43	5,80	7,67	6,90	3,03
Transportes	5,40	1,92	11,60	12,50	7,98	0,93
Intermediação Financeira	3,77	3,49	7,33	3,08	6,25	0,93
Administração Pública	1,46	1,36	1,87	1,27	1,29	3,29
Outros Serviços	3,02	2,75	5,42	2,55	4,77	-1,30
VA a preços básicos	3,91	3,08	5,65	2,66	4,42	1,10
PIB pm	3,93	3,04	5,61	2,70	4,36	1,05

Fonte: IPECE e IBGE.

(*) São dados preliminares e podem sofrer alterações, quando forem divulgados os dados definitivos;

(**) Em comparação a igual período do ano anterior;

(***) Em comparação aos quatro trimestres imediatamente anteriores.

Em relação aos setores que compõem o cálculo do PIB do Ceará, a Agropecuária apresentou no primeiro trimestre de 2015, em comparação com o mesmo período de 2014, um crescimento de 20,31%. Este alto crescimento deveu-se ao volume de chuvas ter sido superior ao registrado no mesmo período de 2014.

Nos três primeiros meses de 2015, a Indústria apresentou uma retração de 2,52%, apresentando o mesmo ritmo de queda dos últimos três trimestres. Esse resultado também foi

bem inferior ao crescimento do primeiro trimestre de 2014, com relação ao mesmo período de 2013, quando registrou um aumento de 1,70%.

Finalmente, o setor de serviços teve um baixo crescimento (0,7%), consequência do fraco desempenho da atividade do Comércio, que registrou, no trimestre em análise, uma queda de 3,82%, com taxa bem inferior à do primeiro trimestre de 2014, em comparação ao mesmo período de 2013 (crescimento de 8,13%), levando o setor a um crescimento de 4,0%.

4. ANÁLISE DA DINÂMICA SETORIAL

4.1 Agropecuária

No começo de 2015 o setor da agropecuária enfrentou uma situação climática desfavorável em razão, principalmente, das consequências causadas pela longa estiagem no Ceará e em todo o Nordeste, com características de baixa umidade e degradação do solo.

Conforme dados da Fundação Cearense de Meteorologia e Recursos Hídricos (FUNCEME), o primeiro trimestre de 2015 apresentou uma quantidade de chuva abaixo da média observada. Ao consultar a Tabela 4.1, abaixo, pode-se verificar o índice de pluviosidade para o Ceará no primeiro trimestre de 2015 com quantidade próxima à registrada no mesmo período de 2014, tendo em ambos os anos os valores ficado abaixo da média normal do Estado, com desvio de -29,2%, em 2015, e -31,3%, em 2014. As maiores quantidades de chuvas foram registradas nas regiões do Litoral de Fortaleza (523,9 mm), Maciço de Baturité (395 mm), Litoral Norte (388,8 mm) e Litoral do Pecem (346,6 mm).

Ao contrário do que ocorreu no ano passado, quando as chuvas foram melhor distribuídas tanto em termo temporal quanto espacial, o primeiro trimestre de 2015 apresentou chuvas concentradas nas regiões litoraneas do Ceará e em grande quantidade em apenas poucos dias. Para a produção agrícola cearense esse período de chuva não foi muito favorável visto que as regiões litorâneas produzem em menor quantidade as lavouras dependentes de chuvas, além da concentração temporal, o que prejudica o plantio por passar muitos dias sem água.

Tabela 4.1: Comparativo do desvio percentual entre a média das normais e a média das pluviosidades observadas 1º trimestre de 2014 e 2015

Macrorregião	Normal (mm)		Observada (mm)		Desvio (%)	
	1º trim. 2014	1º trim. 2015	1º trim. 2014	1º trim. 2015	1º trim. 2014	1º trim. 2015
Cariri	533,5	533,5	512,6	321,4	-3,9	-39,8
Ibiapaba	488,9	488,9	312,3	341,0	-36,1	-30,3
Jaguaribana	391,9	391,9	266,6	276,1	-32,0	-29,6
Litoral de Fortaleza	495,7	495,7	322,1	523,9	-35,0	5,7
Litoral de Pecem	451,3	451,3	277,6	346,6	-38,5	-23,2
Litoral Norte	539,3	539,3	274,2	388,8	-49,2	-27,9
Maciço de Baturité	434,7	434,7	352,0	395,0	-19,0	-9,2
Sertão Central e Inhamuns	367,5	367,5	248,7	246,5	-32,3	-32,9
Ceará	432,0	432,0	296,8	306,1	-31,3	-29,2

Fonte: FUNCEME. Elaboração: IPECE.

O Ceará está entrando pelo quarto ano consecutivo de chuvas abaixo da média e desde o ano passado os reservatórios de água vêm sendo uma preocupação relevante para o Estado. As chuvas do primeiro trimestre de 2015 não foram suficientes para melhorar a capacidade dos reservatórios. Observando-se as bacias hidrográficas cearenses em março constatou-se que o nível correspondia a apenas 19,29%.

Das regiões, a situação mais vulnerável, segundo a Companhia de Gestão dos Recursos Hídricos (COGERH), está no Sertão de Crateús, com apenas 1,4% da capacidade de armazenamento. Em seguida vem o Baixo Jaguaribe, com apenas 1,6% e a região do Curu, com 2,7% da capacidade total em seus 13 açudes. Em melhor situação está a região do Alto Jaguaribe, com 38,35% da capacidade total de armazenamento de água. Vale ressaltar que todos esses valores estão abaixo do observado no final do ano passado.

Tabela 4.2: Capacidade e volume (%) de armazenamento das Bacias Hidrográficas do Ceará – 2015

Regiões	Quantidade de açudes	Capacidade (m ²)	Volume (em março 2015)	
			(m ³)	(%)
Acaraú	14	1.759.633.000	219.396.499	12,47
Alto Jaguaribe	23	2.833.671.799	1.086.742.457	38,35
Baixo Jaguaribe	1	24.000.000	384.922	1,60
Banabuiú	19	2.803.114.745	158.443.098	5,65
Coreaú	9	297.090.000	62.632.036	21,08
Curu	13	1.029.281.000	27.890.810	2,71
Litoral	10	215.763.393	19.798.865	9,18
Médio Jaguaribe	15	7.401.560.057	1.556.161.314	21,02
Metropolitana	19	1.383.975.520	349.453.343	25,25
Sertões de Crateús	10	450.013.764	6.359.718	1,41
Salgado	15	492.058.025	112.978.221	22,96
Serra da Ibiapaba	1	136.760.152	30.972.692	22,65
Ceará	149	18.826.921.455	3.631.213.975	19,29

Fonte: COGERH. Elaboração: IPECE.

As estimativas realizadas pelo Levantamento Sistemático da Produção Agrícola LSPA/IBGE¹ para a produção de grãos no Ceará indica um crescimento em 2015, comparada a produção obtida em 2014. Vale destacar o aumento da produção das culturas de milho e feijão, que apontam variação de 105,55% e 111,76%, respectivamente. O sorgo foi o único grão a indicar queda na produção em 2015, comparada à quantidade obtida em 2014. Também verificou-se crescimento para a produção de fava, algodão e mamona em 2015 com relação aos valores obtidos em 2013. (Tabela 4.3).

Porém, ressalte-se que todo começo de ano as estimativas são mais elevadas, visto que considera-se o ano em condições favoráveis de produção. As estimativas do primeiro trimestre estão baseadas principalmente na informação de áreas plantadas e produtividade prevista. Apenas nas demais estimativas são captados os efeitos ocorridos ao longo do período. Sendo assim, entende-se que esses valores de produção são modificados, conforme novas informações levantadas pela LSPA.

¹ As estimativas realizadas pelo LSPA/IBGE começam o ano com base nas safras passadas e nas condições de plantio. Esta sistemática possibilita, a cada mês da fase de tratamentos culturais, a correção das estimativas para as variáveis investigadas.

Tabela 4.3: Produção obtida e estimativa de Grãos (em toneladas) no Ceará - 2014-2015

Produção de Grãos	Produção 2014	Estimativa 2015	Variação (%) 15/14
Arroz	39.798	54.806	37,71
Feijão	112.808	238.881	111,76
Milho	360.210	740.428	105,55
Sorgo	1.685	1.000	-40,65
Fava	3.116	3.452	10,78
Algodão	1.615	2.012	24,58
Mamona	1.509	4.634	207,09

Fonte: IBGE. Nota: (*) O valor de 2014 refere-se aos valores da produção obtida e o valor de 2015 corresponde a estimativa.

A produção de frutas em 2015 indica bons resultados para laranja, coco-da-baía, manga e acerola, todas de lavoura permanente. Na produção de castanha-de-caju é previsto um aumento de 193,64%. Todavia, essa estimativa só poderá ser melhor analisada a partir do segundo trimestre, visto que a produção só ocorre a partir desse período do ano. Por outro lado, verificou-se que algumas frutas tiveram redução na produção de 2015, comparada com o ano de 2014, a destacar: melão (-30,0,9%), abacaxi (-17,04%), maracujá (-4,27%) e mamão (-15,69%). (Tabela 4.4).

Assim, percebe-se que o baixo nível dos reservatórios de água do Ceará já está comprometendo as principais lavouras irrigadas, com destaque para melão e banana. Os produtores desses cultivos dizem não sentir segurança para produzir mais e estão reduzindo as áreas de plantio, pois há incerteza quanto ao abastecimento de água para o sistema de irrigação. Assim, uma das maiores questões consiste na garantia de água para a produção agrícola, de forma a se manter a condição de produção de frutas que o Ceará já conseguiu atingir.

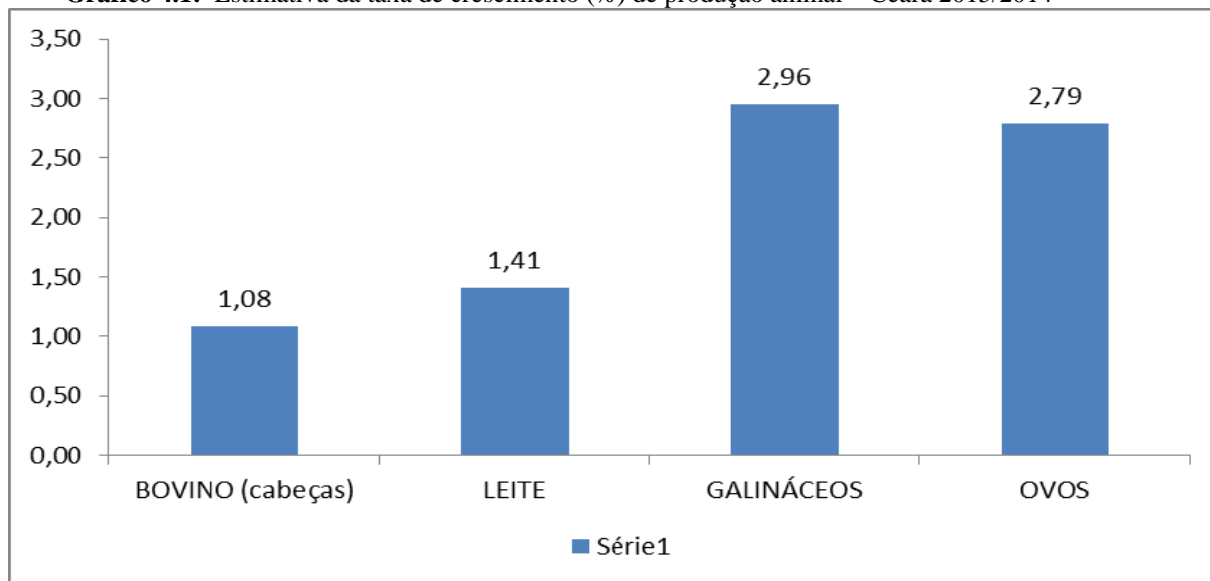
Tabela 4.4: Produção obtida e estimativa de Frutas (em toneladas) no Ceará - 2014-2015

Produção de Grãos	Produção 2014 *	Estimativa 2015	Varição (%) 15/14
Acerola	14.849	16.653	12,15
Banana	452.201	449.783	-0,53
Goiaba	18.936	20.072	6,00
Laranja	12.684	15.979	25,98
Mamão	98.945	105.164	6,29
Manga	49.466	56.673	14,57
Maracujá	144.024	137.871	-4,27
Melancia	82.424	89.309	8,35
Melão	393.391	275.034	-30,09
Castanha de caju	52.318	153.627	193,64
Abacaxi **	10.403	8.630	-17,04
Coco-da-baía **	246.081	306.830	24,69

Fonte: IBGE. Notas: (*) O valor de 2013 refere-se a produção obtida e o valor de 2014 corresponde a estimativa.

(**) Produção em mil frutos.

Pelo lado da produção animal destaca-se a estimativa da produção de galináceos, que cresceu 2,96% no primeiro trimestre de 2015, com relação ao mesmo período de 2014, e a produção de ovos, com crescimento de 2,79%. Quanto à produção de bovino e leite as estimativas indicaram um crescimento de 1,08% e 1,41%, respectivamente, no primeiro trimestre de 2015, comparado ao primeiro trimestre de 2014 (Gráfico 4.1).

Gráfico 4.1: Estimativa da taxa de crescimento (%) de produção animal – Ceará 2015/2014

Fonte: IBGE. Elaboração: IPECE.

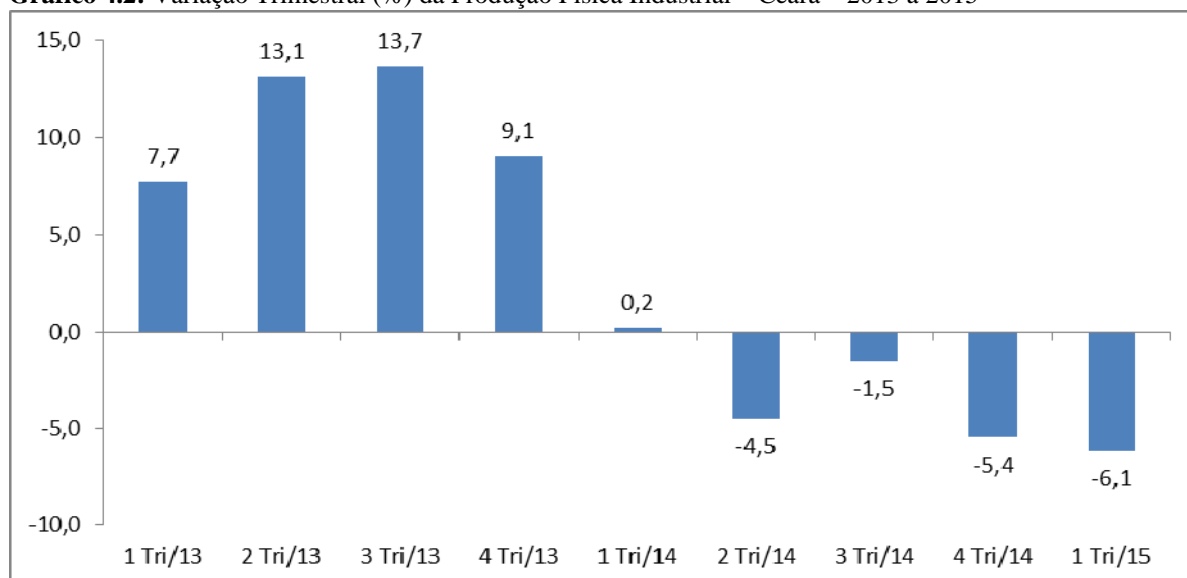
É importante ressaltar que no primeiro trimestre do ano o desempenho do setor agropecuário fica mais dependente da pecuária, pois poucas culturas agrícolas são colhidas nesse período.

4.2 Indústria

Indústria de Transformação (Produção Física)

No trimestre inicial de 2015, a indústria de transformação cearense manteve a sequência de resultados negativos que caracterizaram o ano 2014. Nos meses de janeiro a março, a produção registrou uma redução de 6,1% na comparação com o mesmo período de 2014, conforme o indicador de produção física da Pesquisa Industrial Mensal do IBGE (PIM-PF/IBGE)². O resultado intensificou a queda já observada nos períodos anteriores e se constituiu no quarto período seguido de retração neste tipo de comparação. O Gráfico 4.2, a seguir, mostra as taxas trimestrais.

Gráfico 4.2: Variação Trimestral (%) da Produção Física Industrial – Ceará – 2013 a 2015



Fonte: PIM-PF/IBGE. Elaboração: IPECE.

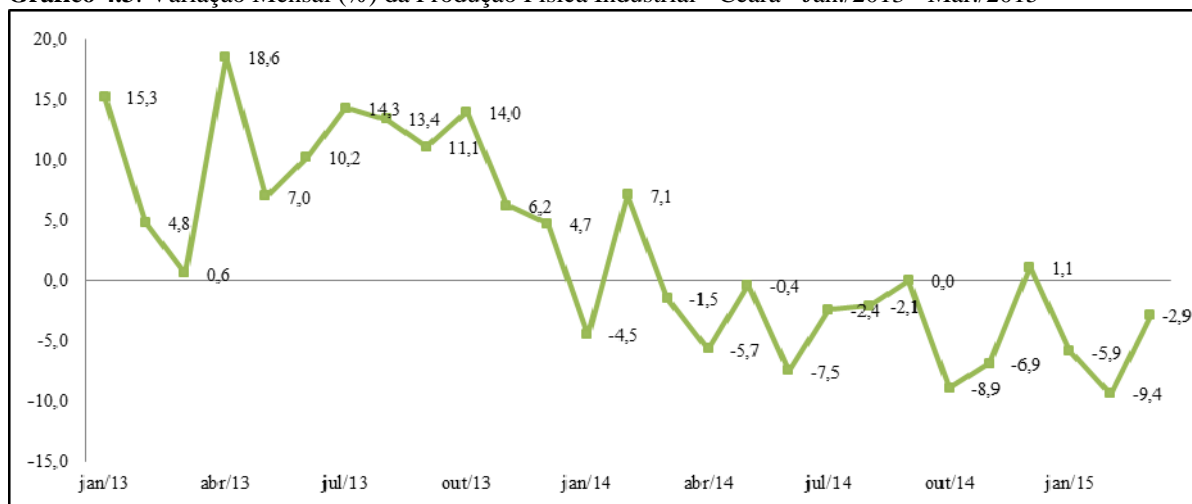
Nota: Variação em relação ao mesmo mês do ano anterior.

A queda observada nos três primeiros meses do ano foi de -5,9%, em janeiro, -9,4%, em fevereiro e -2,9%, em março/2015, em relação aos mesmos meses do ano anterior. Por outro

² É importante destacar que a Pesquisa Industrial Mensal – produção física (PIM-PF) passou por uma reformulação. Seu ano base passou de 2002 para 2012 e nesta mudança aconteceram algumas alterações importantes: a) adoção da CNAE 2.0, b) atualização da amostra de setores, produtos e informantes e c) atualização da estrutura de ponderação dos índices. Maiores informações em http://www.ibge.gov.br/home/disseminacao/destaques/2014_05_20_reformulacao_pim_pf.shtm

lado, em dezembro, o resultado voltou a ser positivo, com expansão de 1,0%, após nove meses seguidos sem crescimento. Na verdade, as reduções da produção física na comparação mensal ocorrem desde o início de 2014, com exceção apenas dos meses de fevereiro (7,1%) e dezembro (1,1%) do ano passado. O Gráfico 4.3 apresenta a evolução mensal e revela o movimento persistente de retração da atividade industrial no Ceará.

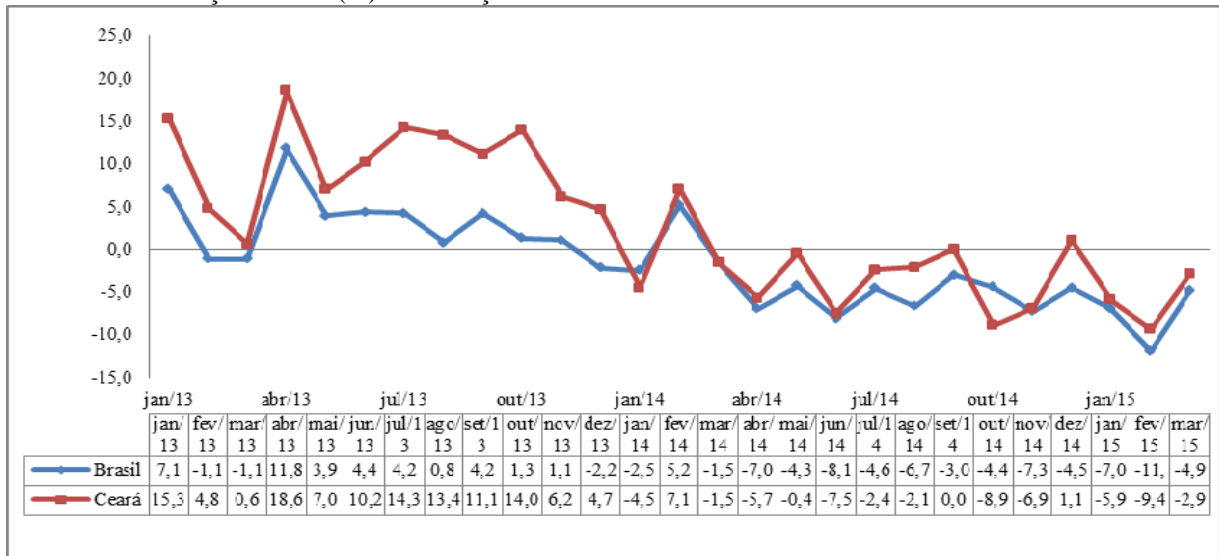
Gráfico 4.3: Variação Mensal (%) da Produção Física Industrial - Ceará - Jan./2013 - Mar./2015



Fonte: PIM-PF (IBGE). Elaboração: IPECE.

Nota: Variação em relação ao mesmo mês do ano anterior.

Após apresentar uma trajetória mais descolada da indústria nacional em 2013, ano de recuperação frente a 2012, a indústria cearense voltou a registrar uma trajetória próxima à observada pela manufatura brasileira. De fato, no primeiro trimestre de 2015, a indústria de transformação no Ceará acompanhou o movimento no país, mas registrou quedas menores que o setor em nível nacional. As trajetórias nos últimos quinze meses evidenciam a conjuntura desfavorável para a atividade, constituindo-se em um quadro comum ao país e ao estado do Ceará. O Gráfico 4.4, a seguir, apresenta as taxas mensais.

Gráfico 4.4: Variação Mensal (%) da Produção Física Industrial – Ceará e Brasil - Jan./2013 - Mar./2015

Fonte: PIM-PF (IBGE). Elaboração: IPECE.

Nota: Variação em relação ao mesmo mês do ano anterior.

O ano de 2015 se inicia com um quadro de redução na produção nas comparações com o ano anterior, seja na análise mensal, seja considerando os trimestres. Para os primeiros três meses, como visto, o resultado foi uma retração de 6,1% em relação ao primeiro trimestre de 2014, diferente do cenário de estabilidade (0,2%) observado na comparação deste com 2013. Apesar do resultado negativo, a indústria de transformação cearense apresentou índice menor do que a média nacional (-7,9%) e da região Nordeste (-6,9%).

O ambiente de menor dinamismo e retração na indústria nacional foi resultado de quedas na produção observada na maior parte dos estados pesquisados. Entre as quatorze unidades com levantamento, dez delas acumularam resultados negativos no início do ano. Entre as que apresentaram redução na produção, a indústria cearense foi a que revelou a terceira menor queda em relação ao mesmo período de 2014. Neste grupo encontram-se os principais parques industriais do país, sendo as maiores quedas observadas nos estados do Amazonas (-18,5%), Bahia (-12,6%) e Rio de Janeiro (-12,1%). Por outro lado, se diferenciaram com resultados positivos as indústrias de Espírito Santo (6,1%), Mato Grosso (4,0%) e Pernambuco (1,9%).

A Tabela 4.5 traz os resultados para os estados pesquisados, para o país e para região Nordeste, considerando os anos de 2014 e 2015.

Tabela 4.5: Variação (%) da Produção Física Industrial - Brasil e Estados – Jan.-Mar./2014 e 2015 e Acumulado do Ano

Brasil e Estados	Variação Mensal (2014)			Acumulado Ano (2014)	Variação Mensal (2015)			Acumulado no Ano (2015)
	Jan	Fev.	Mar		Jan	Fev.	Mar	
Brasil	-2,5	5,2	-1,5	0,3	-7,0	-11,9	-4,9	-7,9
Nordeste	-2,4	5,0	7,7	3,1	-6,6	-12,2	-2,1	-6,9
Espírito Santo	-4,9	-10,4	-6,8	-7,3	2,3	9,7	6,6	6,1
Mato Grosso	-0,6	9,5	-1,0	2,4	6,0	-0,4	6,4	4,0
Pernambuco	5,0	6,3	12,0	7,6	3,7	2,8	-0,9	1,9
Goiás	-7,3	4,0	-7,0	-3,7	-3,9	-4,8	8,9	0,3
Pará	3,5	-3,9	-2,2	-0,8	-4,8	-0,1	3,9	-0,4
São Paulo	-5,6	1,3	-5,2	-3,3	-5,6	-9,0	-2,5	-5,7
Ceará	-4,5	7,1	-1,5	0,2	-5,9	-9,4	-2,9	-6,1
Santa Catarina	-1,7	2,9	4,1	1,8	-6,4	-10,4	-3,5	-6,7
Rio Grande do Sul	2,7	5,6	1,8	3,3	-10,9	-13,9	-2,1	-8,8
Minas Gerais	-4,2	10,4	-0,6	1,5	-4,1	-13,2	-10,4	-9,3
Paraná	3,4	10,3	-3,5	3,1	-11,3	-15,0	-5,2	-10,4
Rio de Janeiro	-1,5	2,6	-4,1	-1,1	-7,1	-18,5	-11,1	-12,1
Bahia	-7,7	-0,9	2,4	-2,2	-12,0	-24,1	-3,0	-12,6
Amazonas	10,6	22,6	7,0	13,0	-12,6	-21,4	-21,1	-18,5

Fonte: PIM-PF (IBGE). Elaboração: IPECE.

Nota: Variação em relação ao mesmo período do ano anterior. Ordenado pelo acumulado do ano de 2015.

Resultados Setoriais

O resultado para a indústria cearense entre os meses de janeiro a março de 2015 novamente refletiu o comportamento apresentado pela maioria dos segmentos que a compõe. Entre as onze atividades pesquisadas, apenas a produção de calçados e artigos de couro não sofreu redução em sua produção na comparação com o primeiro trimestre de 2014.

Os resultados setoriais mostram-se persistentemente negativos quando se observam os últimos trimestres e formam um ambiente de forte retração da indústria de transformação no Ceará. Embora os desempenhos de 2014 ainda sofram os efeitos da base de comparação elevada que foi o ano de 2013, a manutenção dos resultados negativos no início de 2015, diante de uma base reduzida que foi o ano de 2014, reforçam a existência de problemas estruturais de competitividade e incluem agravantes a um cenário já deteriorado.

De fato, a influência de tais problemas sobre o desempenho da atividade industrial já tinha sido destacado ao longo do ano passado. A nova fonte de pressão que surge em 2015 está diretamente relacionada ao comportamento do mercador consumidor doméstico. A redução do

consumo das famílias em decorrência do menor poder de compra diante de uma inflação crescente, do encarecimento do crédito e da deterioração das expectativas podem impedir a retomada da atividade industrial e contribuir para novas reduções na produção. Os primeiros efeitos já se fizeram sentir no início de 2015.

Neste contexto, segmentos importantes da indústria local acumularam resultados negativos, com trimestres seguidos de redução na produção física. São os casos dos setores de Confecção de artigos do vestuário, Fabricação de produtos têxteis e de Fabricação de bebidas, que registraram reduções de 13,9%, 7,9% e 26,7%, respectivamente, nos meses iniciais de 2015, na comparação com mesmo período do ano anterior.

Quanto ao setor Têxtil, a redução na produção foi especialmente influenciada pela redução na fabricação de fios e tecidos de algodão, o que pode estar associado tanto a concorrência com os produtos importados, principalmente chineses, como com os nacionais. Já para os outros setores destacados, a redução pode estar associada ao menor poder de compra que amplia a restrição orçamentária das famílias forçando uma redistribuição dos gastos. A redução na produção de chope e cerveja, que explica a queda na fabricação do setor de bebidas, é ilustrativa disso.

Além dos segmentos destacados acima, outras atividades também apresentaram redução na produção no início de 2015 em um movimento associado à redução no ritmo de atividade da Construção Civil. São elas: Fabricação de produtos de minerais não-metálicos (-1,0%) e Fabricação de produtos químicos (-16,1%).

Por outro lado, algumas atividades se diferenciaram com resultados positivos em um ambiente de retração para a maioria do setor. Nos meses iniciais de 2015 a produção de calçados e artigos de couro foi a única a não apresentar redução na produção (0,1%), o que pode estar associado ao movimento favorável do câmbio sobre as vendas externas do produto. A Tabela 4.6 apresenta os números.

Tabela 4.6: Variação Trimestral (%) da Produção Física Industrial por Setores – Ceará – 2014 e 2015

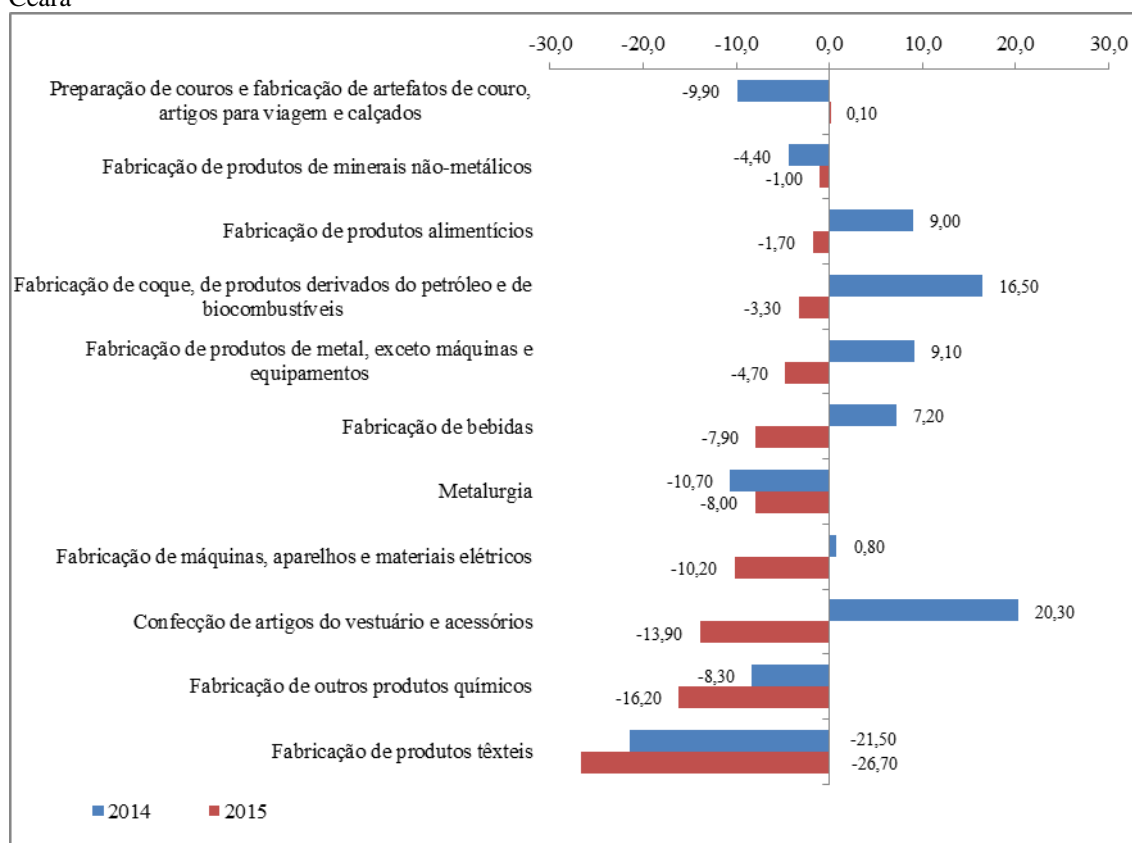
Setores	Variação Trimestral (2014)				Variação Trimestral (2015)
	2014.I	2014.II	2014.III	2014.IV	2015.I
Indústrias de transformação	0,2	-4,5	-1,5	-5,4	-6,1
Preparação de couros e fabricação de artefatos de couro, artigos para viagem e calçados	-9,9	-6,7	2,3	-0,4	0,1
Fabricação de produtos de minerais não-metálicos	-4,4	-15,0	-8,1	-3,1	-1,0
Fabricação de produtos alimentícios	9,0	7,9	9,4	1,8	-1,7
Fabricação de coque, de produtos derivados do petróleo e de biocombustíveis	16,5	19,8	9,6	2,1	-3,3
Fabricação de produtos de metal, exceto máquinas e equipamentos	9,1	-7,6	-17,3	-11,4	-4,7
Fabricação de bebidas	7,2	-0,1	-11,3	-9,9	-7,9
Metalurgia	-10,7	-3,9	-3,1	3,6	-8,0
Fabricação de máquinas, aparelhos e materiais elétricos	0,8	-17,9	-4,4	-21,1	-10,2
Confecção de artigos do vestuário e acessórios	20,3	-8,6	-1,6	-4,2	-13,9
Fabricação de outros produtos químicos	-8,3	-17,0	-0,9	-15,7	-16,1
Fabricação de produtos têxteis	-21,5	-23,5	-22,8	-36,2	-26,7

Fonte: PIM-PF (IBGE). Elaboração: IPECE.

Nota: Variação em relação ao mesmo período do ano anterior. Ordenado pelo acumulado do ano de 2015.

O desempenho de cada setor industrial da economia cearense pode ser mais bem visualizado através do Gráfico 4.5, a seguir, que compara a taxa de crescimento acumulada para os anos de 2014 e 2015.

Gráfico 4.5: Taxa de Crescimento Acumulada (%) da Produção Industrial por Setores Industriais- 2014 e 2015 - Ceará



Fonte: PIM-PF (IBGE). Elaboração: IPECE.

Nota: Variação em relação ao mesmo período do ano anterior. Ordenado pelo acumulado do ano de 2015.

A avaliação inicial para o ano de 2015 acentua as análises negativas comuns a 2014. Os resultados para o primeiro trimestre indicam a plena continuidade do cenário adverso e de encolhimento da atividade industrial no estado e no país. Na verdade, o ano se inicia de maneira ainda mais complicada para indústria de transformação cearense. Além da concorrência internacional, das questões estruturais que reduzem o poder de competição e do ambiente de deterioração das expectativas que caracterizaram 2014, tem-se agora o risco de instalação de um círculo vicioso na economia.

Neste cenário, a redução do consumo das famílias devido à forte queda no poder de compra da população, deve gerar menor produção e maior quantidade de demissões, que por sua vez reduz a renda disponível e com ela, novamente, o consumo. Para a indústria cearense esse quadro pode ser especialmente nocivo, dada sua estrutura produtiva caracterizada pela produção de bens não duráveis voltados ao consumo final.

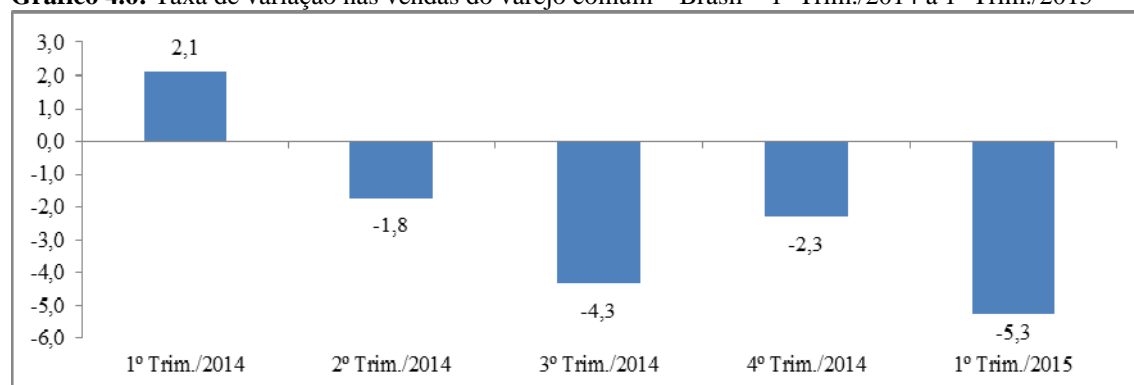
Por outro lado, alguns aspectos positivos podem ser identificados. Para 2015, as mudanças observadas na condução da política econômica e a efetivação dos necessários ajustes a nível federal podem reverter o processo de deterioração das expectativas e potencializar o início de uma retomada da atividade. Em particular para o Ceará, o comportamento da taxa de câmbio decorrente da desvalorização da moeda nacional deve estimular as exportações e dificultar a entrada de bens estrangeiros, oferecendo algum alívio para o segmento. Outro ponto de destaque é a disposição do governo local em conduzir um processo de concessão de atividades à iniciativa privada, estimulando investimentos que podem contribuir para reanimar a economia.

4.3 Serviços

4.3.1 Comércio Varejista

Dados divulgados pela PMC do IBGE revelam que o varejo nacional registrou, no primeiro trimestre de 2015, uma queda nas vendas de 5,3%, sendo a maior dos últimos quatro trimestres. Isso tem como causa direta mudanças nas expectativas dos agentes econômicos com relação ao futuro da economia brasileira. Ademais, a elevação do preço do crédito, o elevado endividamento das famílias e o aumento do desemprego podem também ter contribuído com esse resultado.

Gráfico 4.6: Taxa de variação nas vendas do varejo comum – Brasil – 1º Trim./2014 a 1º Trim./2015

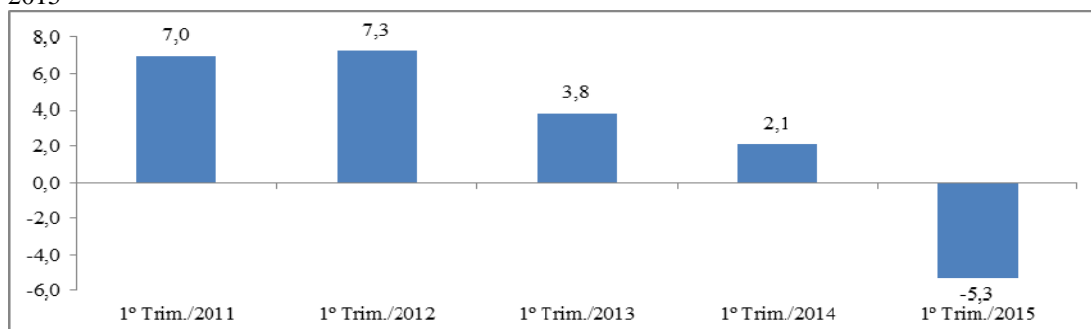


Fonte: PMC/IBGE. Elaboração: IPECE.

Na comparação trimestral feita no Gráfico 4.7 é possível perceber a nítida perda de dinamismo das vendas do varejo nacional que deixou de apresentar as taxas de crescimento

observadas até o primeiro trimestre de 2014, para registrar queda no primeiro trimestre de 2015.

Gráfico 4.7: Taxa de variação nas vendas do varejo comum no acumulado do 1º Trimestre – Brasil – 2011 a 2015



Fonte: PMC/IBGE. Elaboração: IPECE.

Na análise da dinâmica das vendas estaduais é possível notar na Tabela 4.7 que apenas cinco estados no país apresentaram crescimento nas vendas de seus varejos: Roraima, Amapá, Sergipe, Rondônia e Rio Grande do Norte. A maior queda foi observada no Distrito Federal, Goiás, Rio Grande do Sul, Paraíba e São Paulo para listar as cinco maiores.

Essa realidade é bem diferente daquela observada no primeiro trimestre de 2011 quando todos os estados registraram elevadas taxas de crescimento nas vendas do varejo comum. Em 2012, apenas um estado (Espírito Santo) registrou queda de vendas, repetindo esse resultado em 2013. Em 2014, esse número aumentou para seis estados.

Tabela 4.7: Taxa de variação nas vendas do varejo comum por estados – Brasil – 1º trimestre – 2011 a 2015

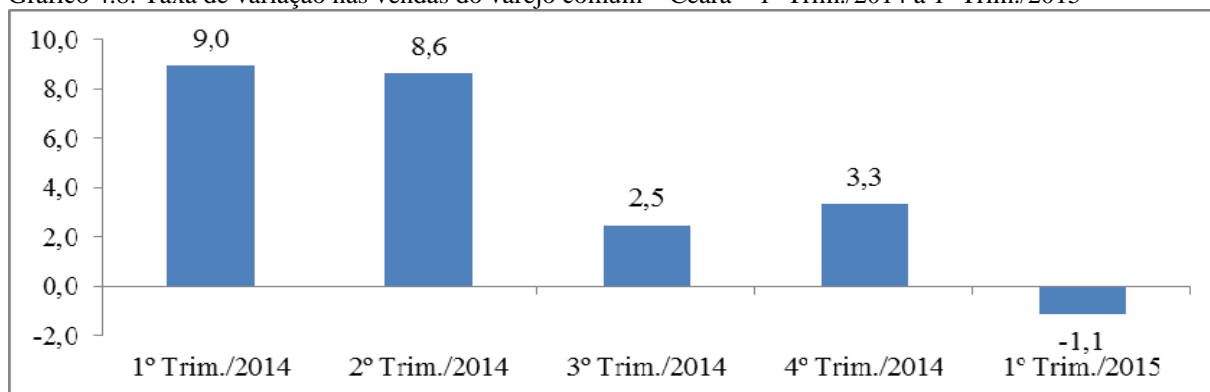
Unidade da Federação	1º Trim./2011	1º Trim./2012	1º Trim./2013	1º Trim./2014	1º Trim./2015
Roraima	16,5	16,7	8,2	-1,5	8,3
Amapá	3,0	4,9	8,9	-6,2	4,0
Sergipe	1,6	4,4	2,0	5,5	2,1
Rondônia	4,2	5,9	5,6	1,5	1,6
Rio Grande do Norte	5,9	3,1	9,1	3,5	1,2
Pará	8,0	9,9	5,9	2,4	-0,2
Rio de Janeiro	6,8	1,7	5,3	2,6	-0,7
Mato Grosso do Sul	4,6	7,8	12,0	-0,1	-0,9
Maranhão	9,9	11,5	5,9	4,9	-1,1
Ceará	10,4	5,4	1,3	7,2	-2,4
Pernambuco	6,5	8,2	3,7	5,7	-2,8
Acre	18,2	1,9	12,6	7,2	-3,0
Piauí	0,7	11,0	5,6	3,2	-3,0
Alagoas	5,7	6,1	5,8	7,9	-3,2
Amazonas	2,3	2,0	2,2	3,6	-3,3
Tocantins	32,3	12,7	4,1	2,4	-3,9
Bahia	5,0	8,6	1,0	5,6	-4,5

Santa Catarina	8,2	4,1	1,3	6,0	-4,6
Minas Gerais	11,9	7,0	0,6	-1,6	-4,6
Paraná	7,9	10,8	7,5	1,1	-5,2
Mato Grosso	14,0	10,6	5,0	4,2	-5,7
Espírito Santo	23,9	-0,6	-2,7	-8,0	-6,1
São Paulo	4,7	9,6	3,5	0,6	-7,7
Paraíba	15,3	9,2	5,4	3,6	-7,8
Rio Grande do Sul	8,0	7,2	5,9	6,8	-8,1
Goiás	8,9	5,4	8,8	-0,7	-8,7
Distrito Federal	2,8	4,4	0,6	5,4	-9,8
Brasil	7,0	7,3	3,8	2,1	-5,3

Fonte: PMC/IBGE. Elaboração: IPECE.

Com relação ao varejo comum cearense é possível notar também uma desaceleração no ritmo de vendas, passando a apresentar queda no início do ano de 2015, revertendo completamente a trajetória de sucessivas taxas de crescimento observadas até então.

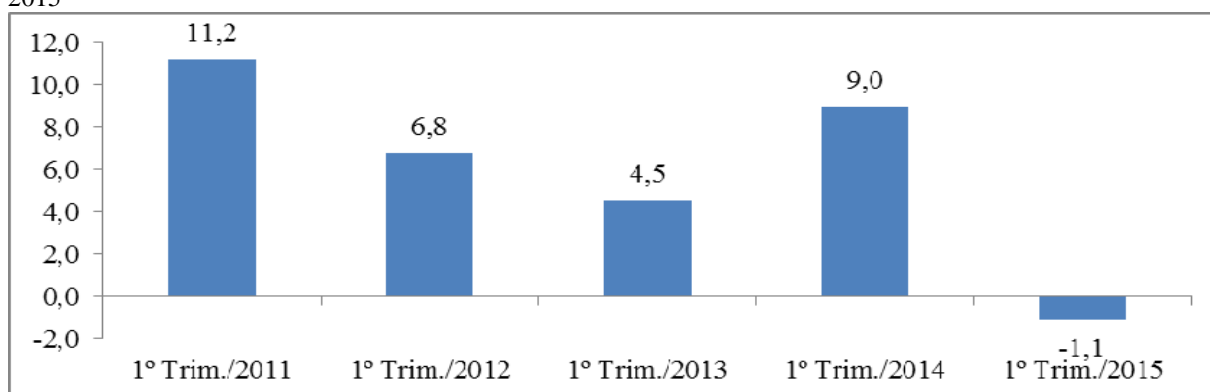
Gráfico 4.8: Taxa de variação nas vendas do varejo comum – Ceará – 1º Trim./2014 a 1º Trim./2015



Fonte: PMC/IBGE. Elaboração: IPECE.

O Gráfico 4.9 mostra a comparação trimestral das taxas de crescimento nas vendas do varejo comum cearense entre os anos de 2011 e 2015. Pode ser observado que foi registrado pela primeira vez, em cinco trimestres, queda nas vendas do varejo comum no primeiro trimestre do ano.

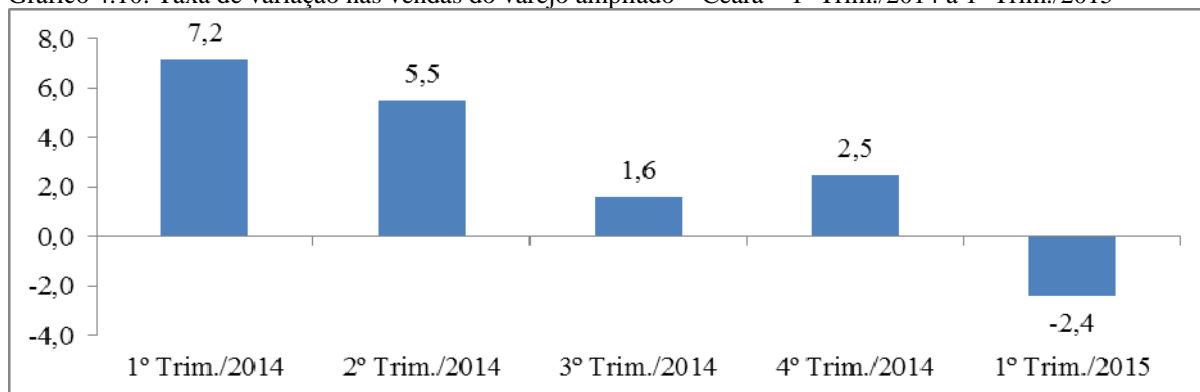
Gráfico 4.9: Taxa de variação nas vendas do varejo comum no acumulado do 1º Trimestre – Ceará – 2011 a 2015



Fonte: PMC/IBGE. Elaboração: IPECE.

Através do Gráfico 4.10 temos a possibilidade de compreender o comportamento das vendas do varejo ampliado que inclui além dos setores que formam o varejo comum as vendas de automóveis e de materiais de construção. Também nessa atividade foi nítida a trajetória de desaceleração do ritmo de vendas culminando em queda ainda maior no primeiro trimestre de 2015, provocada, principalmente, pela queda nas vendas de veículos, uma vez que o crescimento nas vendas de materiais de construção não foi suficiente para impedir esse acontecimento.

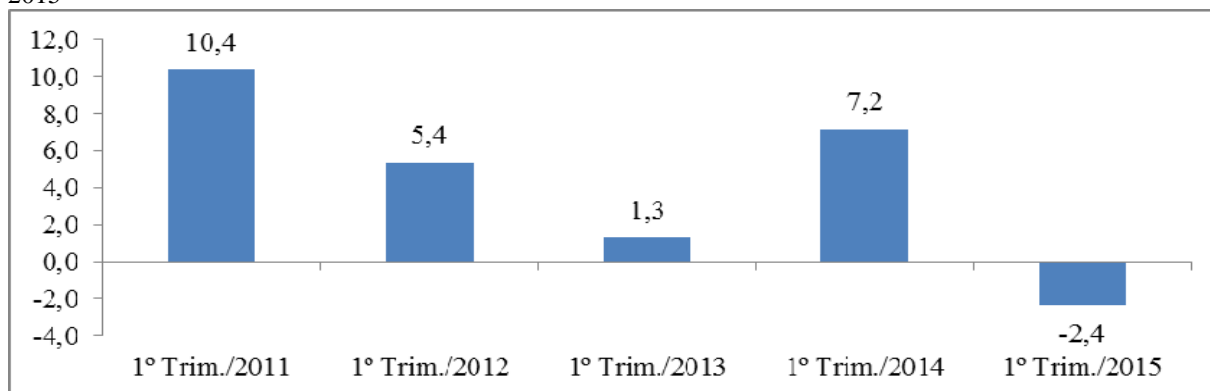
Gráfico 4.10: Taxa de variação nas vendas do varejo ampliado – Ceará – 1º Trim./2014 a 1º Trim./2015



Fonte: PMC/IBGE. Elaboração: IPECE.

O Gráfico 4.11 esboça a diferença de taxa de crescimento no primeiro trimestre das vendas do varejo ampliado dos últimos cinco trimestres. Nota-se que após a nítida recuperação no ritmo das vendas no acumulado do primeiro trimestre de 2014, o varejo ampliado local passou a registrar queda no primeiro trimestre de 2015.

Gráfico 4.11: Taxa de variação nas vendas do varejo ampliado no acumulado do 1º Trimestre – Ceará – 2011 a 2015



Fonte: PMC/IBGE. Elaboração: IPECE.

A Tabela 4.8 traz todas as taxas de crescimento dos primeiros trimestres dos últimos três anos. Nota-se que apenas cinco dos treze setores presentes registraram elevação no seu ritmo de vendas no acumulado do primeiro trimestre de 2015 comparado a igual período de 2014. Os setores que registraram as maiores quedas foram Equipamentos e materiais para escritório, informática e comunicação; Livros, jornais, revistas e papelaria; Veículos, motocicletas, partes e peças; Eletrodomésticos; e Hipermercados, supermercados, produtos alimentícios, bebidas e fumo.

Tabela 4.8: Taxa de variação nas vendas do varejo por setores – Ceará – 1º trimestre – 2013 a 2015

Setores	1º Trim./2013	1º Trim./2014	1º Trim./2015
Artigos farmacêuticos, médicos, ortopédicos, de perfumaria e cosméticos	21,70	2,52	10,54
Tecidos, vestuário e calçados	4,13	12,00	7,43
Material de construção	1,93	4,40	6,55
Outros artigos de uso pessoal e doméstico	-2,50	21,75	5,53
Móveis	11,66	23,07	3,02
Combustíveis e lubrificantes	19,08	13,01	-1,05
Móveis e eletrodomésticos	3,09	17,74	-1,66
Hipermercados e supermercados	2,41	3,74	-4,20
Hipermercados, supermercados, produtos alimentícios, bebidas e fumo	2,51	3,32	-4,40
Eletrodomésticos	-0,65	13,67	-4,49
Veículos, motocicletas, partes e peças	-5,46	3,90	-7,50
Livros, jornais, revistas e papelaria	-1,60	-1,49	-13,53
Equipamentos e materiais para escritório, informática e comunicação	-15,50	23,79	-25,08

Fonte: PMC/IBGE. Elaboração: IPECE.

Em suma, as decisões da política de controle e ajuste fiscal pela qual passa a economia brasileira têm repercutido tanto na geração de novas vagas de emprego quanto no consumo das empresas e das famílias, o que se reflete diretamente sobre as vendas do varejo nacional e local.

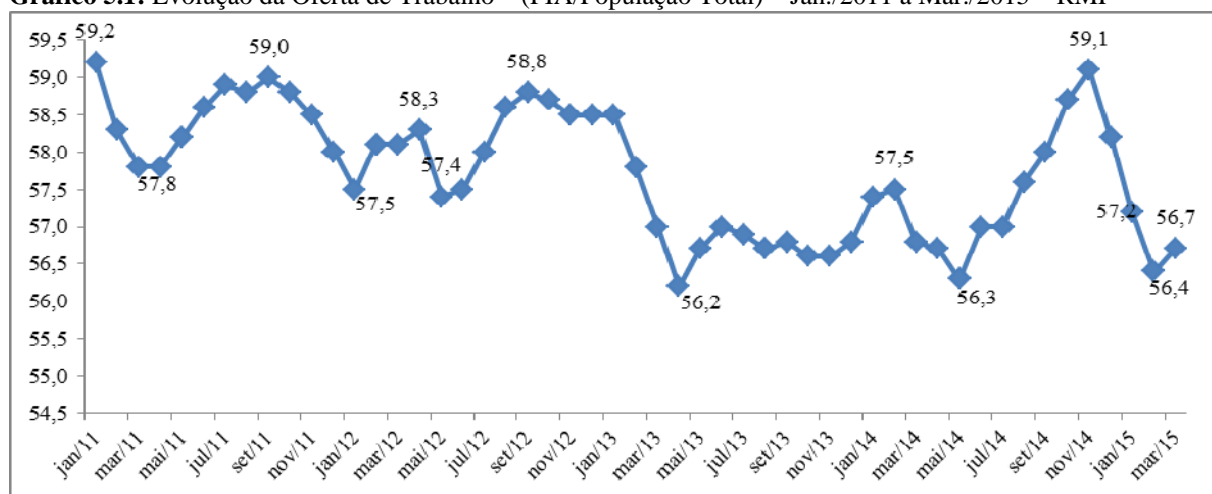
5 MERCADO DE TRABALHO

5.1. Região Metropolitana de Fortaleza

O Gráfico 5.1, a seguir, apresenta a proporção da PIA com relação à população Total da RMF do estado do Ceará a partir dos dados da PED do SINE-IDT. No mercado de trabalho, a Oferta de Trabalho (PIA/População Total) é o percentual de pessoas em idade de trabalhar (dez anos ou mais) em relação à população.

Nos períodos em que a força de trabalho expande-se mais velozmente do que a população temos o chamado bônus demográfico. Com o bônus, o contingente de trabalhadores se amplia num ritmo ainda maior, reforçando a possibilidade de elevação do PIB. Como pode ser observado no Gráfico 5.1, a oferta de trabalho da RMF se reduziu nos meses relativos ao primeiro trimestre de 2015 tendo atingido em fevereiro uma das taxas mais baixas da série de 56,4%.

Gráfico 5.1: Evolução da Oferta de Trabalho – (PIA/População Total) – Jan./2011 a Mar./2015 – RMF

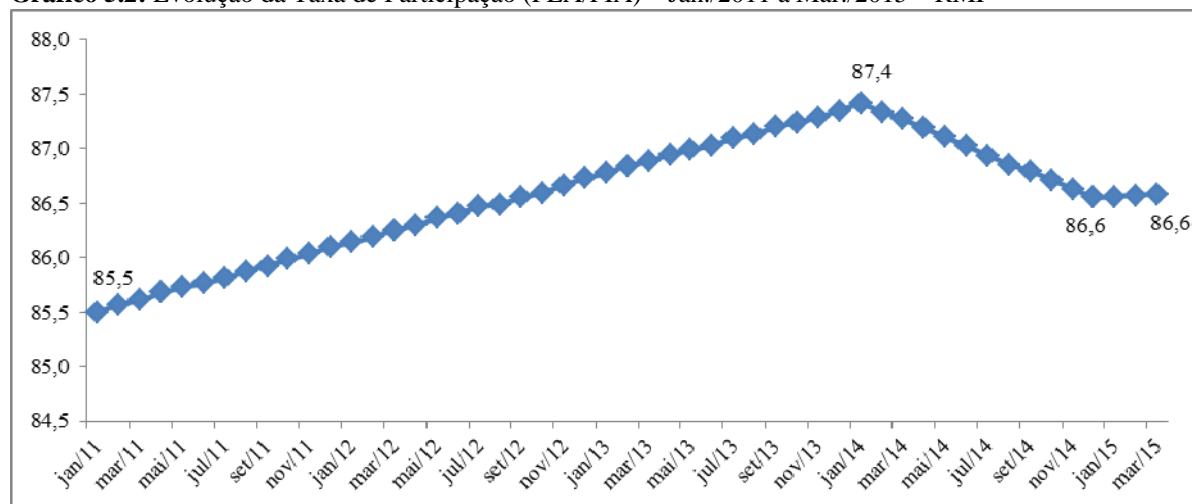


Fonte: IDT/Sine-CE e MTE/FAT. Elaboração: IPECE.

Por sua vez, a taxa de participação, que é a proporção entre a população economicamente ativa (PEA, empregados e desempregados) e a PIA, vem sendo mantida estável no trimestre na medida em que desde dezembro de 2014 esteve no patamar de 86,6%.

Convém destacar que desde janeiro de 2011 houve uma expansão na taxa de participação, tendo atingido em janeiro de 2014 o máximo de 87,4%, reduzindo-se, no entanto, a partir desse mês.

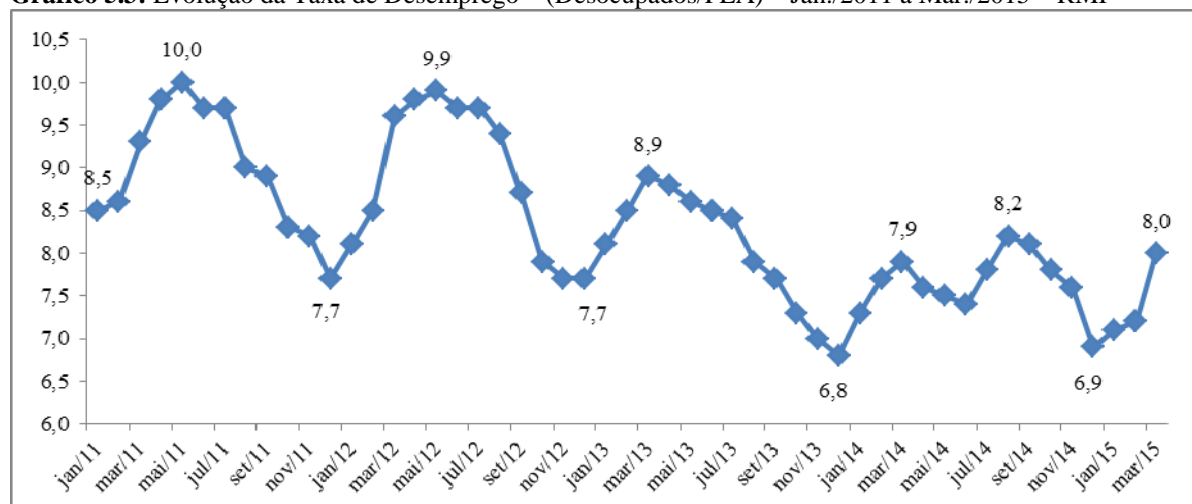
Gráfico 5.2: Evolução da Taxa de Participação (PEA/PIA) – Jan./2011 a Mar./2015 – RMF



Fonte: IDT/Sine-CE e MTE/FAT. Elaboração: IPECE.

Já a taxa de desemprego (desempregados sobre a PEA) vem apresentando fortes oscilações, tendo atingido um dos níveis mais baixos da série em dezembro de 2014, com taxa de 6,9%, e forte crescimento a partir de então. De fato, em março de 2014 a taxa de desocupados chegou a 8% e dadas as condições conjunturais atuais a tendência é de alta nos próximos meses.

Gráfico 5.3: Evolução da Taxa de Desemprego – (Desocupados/PEA) – Jan./2011 a Mar./2015 – RMF



Fonte: IDT/Sine-CE e MTE/FAT. Elaboração: IPECE.

5.2. Emprego Formal

Dados divulgados pela CAGED mostram que ocorreu no acumulado do primeiro trimestre de 2015 um fechamento de 45.934 vagas de trabalho com carteira assinada em todo o Brasil, reflexo da política de ajuste fiscal implementada logo no início do novo mandato presidencial, que passa por intenso controle de gastos, retorno na arrecadação de impostos em setores antes incentivados e também por aumento nas tarifas de energia elétrica, sem se falar nas elevações sucessivas da taxa básica de juros, que têm desestimulado bastante a atividade econômica em todo o país.

Nota-se que nos últimos quatro anos, o Brasil sempre vinha registrando abertura de novas vagas no acumulado do primeiro trimestre. Todavia, desde 2011, essa dinâmica já apresentava sinais de perda de força.

Tabela 5.1: Saldo de empregos gerados – Brasil e Estados – 1º Trim./2011 a 2015

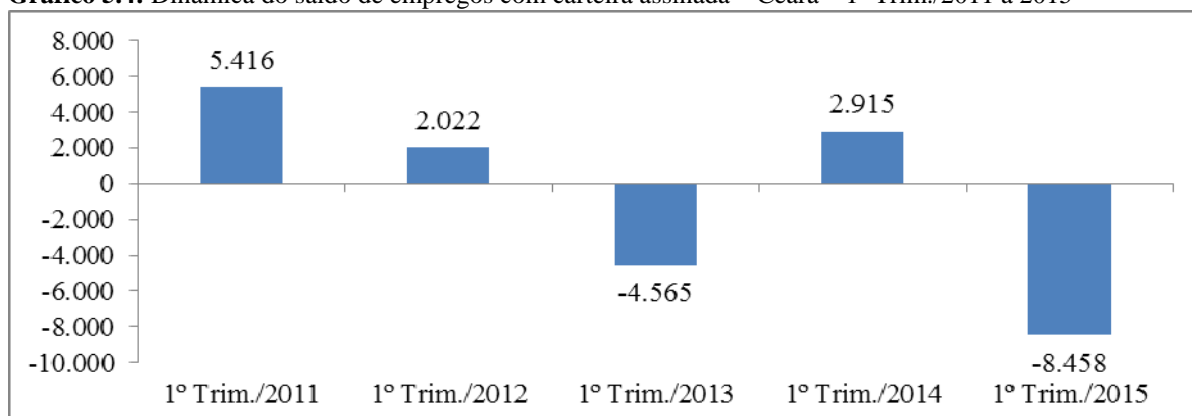
Unidade da Federação	2011	Rank.	2012	Rank.	2013	Rank.	2014	Rank.	2015	Rank.
Santa Catarina	39.612	5º	45.013	4º	43.035	4º	52.976	2º	30.442	1º
Paraná	48.810	4º	46.800	3º	44.837	3º	43.815	4º	24.685	2º
Rio Grande do Sul	59.838	3º	43.535	5º	67.742	2º	50.179	3º	22.944	3º
Goiás	38.378	6º	37.801	7º	31.160	6º	23.714	6º	13.508	4º
São Paulo	224.435	1º	153.755	1º	128.038	1º	101.048	1º	10.299	5º
Mato Grosso	17.822	8º	20.951	8º	13.025	7º	13.464	7º	9.863	6º
Tocantins	1.655	18º	4.877	14º	967	15º	2.798	15º	1.311	7º
Mato Grosso do Sul	12.331	11º	9.388	11º	8.688	9º	5.016	10º	430	8º
Piauí	-2.493	23º	2.415	17º	394	17º	2.670	16º	60	9º
Sergipe	3.463	17º	4.043	15º	-2.604	23º	1.887	17º	14	10º
Roraima	433	19º	866	20º	-1.616	21º	663	18º	-377	11º
Distrito Federal	10.279	12º	12.065	10º	9.332	8º	9.507	9º	-520	12º
Alagoas	-13.501	27º	-22.729	27º	-23.851	27º	-14.141	27º	-1.566	13º
Acre	-596	21º	689	22º	-388	19º	-230	20º	-1.768	14º
Amapá	-150	20º	719	21º	859	16º	-1.207	23º	-2.008	15º
Rondônia	6.852	14º	3.502	16º	230	18º	-822	21º	-3.670	16º
Rio Grande do Norte	-2.688	24º	-1.523	24º	-2.525	22º	3.622	13º	-4.831	17º
Amazonas	13.196	10º	868	19º	4.464	12º	-914	22º	-4.843	18º
Espírito Santo	7.026	13º	8.352	12º	2.126	13º	4.003	12º	-5.589	19º
Para	5.819	15º	7.046	13º	1.820	14º	-1.470	24º	-6.157	20º
Maranhão	-2.419	22º	-9	23º	-1.357	20º	-5.273	25º	-6.693	21º
Paraíba	-6.799	25º	-4.674	25º	-8.269	25º	-224	19º	-7.245	22º
Ceará	5.416	16º	2.022	18º	-4.565	24º	2.915	14º	-8.458	23º
Bahia	15.846	9º	14.757	9º	4.787	11º	13.262	8º	-12.054	24º
Minas Gerais	65.668	2º	68.081	2º	42.522	5º	33.870	5º	-14.741	25º
Pernambuco	-8.432	26º	-4.772	26º	-23.491	26º	-7.703	26º	-32.655	26º
Rio de Janeiro	28.647	7º	38.405	6º	7.037	10º	4.290	11º	-46.315	27º
Brasil	568.448	---	492.243	---	342.397	---	337.715	---	-45.934	---

Fonte: CAGED/IBGE. Elaboração: IPECE.

Em 2011, apenas oito estados haviam registrado fechamento de vagas de trabalho celetista no acumulado do primeiro trimestre do ano. Em 2012, esse número caiu para cinco estados; em 2013 voltou a aumentar para nove estados; em 2014, manteve esse número; enquanto em 2015, o total de estados que apresentaram fechamento de postos de trabalho em igual período foi quase o dobro (dezessete no total).

Em termos de geração de empregos, nota-se que o Ceará vem se ressentindo dos efeitos macroeconômicos sobre sua capacidade de geração de novos postos de trabalho. No acumulado do primeiro trimestre de 2011, foram criados no Ceará 5.416 postos. Todavia, após a recuperação em 2014, antecedida da perda de postos de trabalho em 2013, o estado passou a registrar o maior fechamento de postos de trabalho dos últimos cinco anos para o período investigado, sendo o quinto estado do país a registrar o maior número de perda de postos de trabalho, tendo superado apenas a marca registrada por Rio de Janeiro, Pernambuco, Minas Gerais e Bahia.

Gráfico 5.4: Dinâmica do saldo de empregos com carteira assinada – Ceará – 1º Trim./2011 a 2015



Fonte: CAGED/IBGE. Elaboração: IPECE.

A Tabela 5.2 apresenta a distribuição da geração e perda de postos de trabalho com carteira assinada por setores na economia cearense para o acumulado do primeiro trimestre dos últimos cinco anos. Fica evidente a importância do setor de Serviços para a economia do estado, quando, à exceção dos anos de 2013 e 2015, em todos os outros ocupou o primeiro lugar no *ranking*. Em função das ações tomadas pelo governo, as expectativas dos agentes econômicos estão mudando e isso tem afetado as decisões de novas contratações.

O setor que mais gerou novos postos de trabalho no começo do ano de 2015 foi Serviços industriais de utilidade pública (931 vagas), seguido pela Administração pública (324 vagas) e

pelo setor de Serviços (304 vagas). Todos os outros cinco setores registraram forte fechamento no número de vagas, com destaque para o setor de comércio que registrou a maior destruição de vagas de trabalho com carteira assinada no primeiro trimestre dos últimos cinco anos.

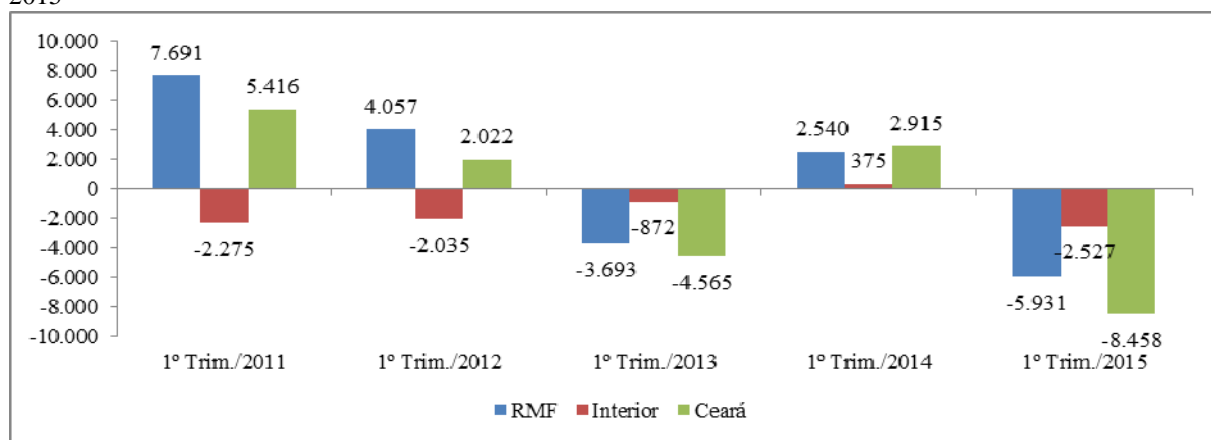
Tabela 5.2: Saldo de empregos gerados por setores – Ceará – 1º Trim./2011 a 2015

Setores	2011	Rank.	2012	Rank.	2013	Rank.	2014	Rank.	2015	Rank.
SIUP	27	6°	19	3°	117	3°	273	3°	931	1°
Administração Pública	28	5°	100	2°	-180	5°	-135	4°	324	2°
Serviços	6.349	1°	5.803	1°	-2.304	6°	6.435	1°	304	3°
Extrativa mineral	146	4°	18	4°	28	4°	-150	5°	-140	4°
Construção Civil	929	2°	-396	6°	946	2°	3.285	2°	-1.642	5°
Ind. Transf.	166	3°	-303	5°	2.117	1°	-734	6°	-1.657	6°
Agrop., extr veg., caça	-1.809	8°	-2.243	8°	-2.353	7°	-1.840	7°	-2.156	7°
Comércio	-420	7°	-976	7°	-2.936	8°	-4.219	8°	-4.422	8°
Ceará	5.416	---	2.022	---	-4.565	---	2.915	---	-8.458	---

Fonte: CAGED/IBGE. Elaboração: IPECE.

O Gráfico 5.5 abaixo mostra o comportamento do emprego no estado do Ceará, distribuído entre a Região Metropolitana de Fortaleza e o interior. Nota-se que nos anos de 2011 e 2012, a RMF foi a grande responsável pela geração de novos empregos na economia cearense no acumulado do primeiro trimestre. No ano de 2013, ela foi responsável pela maior parte do fechamento de vagas de trabalho. Em 2014, fenômeno bastante interessante ocorreu quando o interior respondeu mais que a RMF pela geração de novos postos de trabalho na economia cearense. Por fim, em 2015, novamente, a RMF foi a grande promotora do fechamento de vagas, respondendo por 70,1% do total.

Gráfico 5.5: Dinâmica do saldo de empregos com carteira assinada – RMF x Interior - Ceará – 1º Trim./2011 a 2015



Fonte: CAGED/IBGE. Elaboração: IPECE.

Em suma, é possível afirmar que a geração de empregos na economia cearense acompanhou o ritmo observado pelo país, de fechamento de postos de trabalho, resultado das expectativas negativas em relação ao cenário econômico apresentado nesse início de ano.

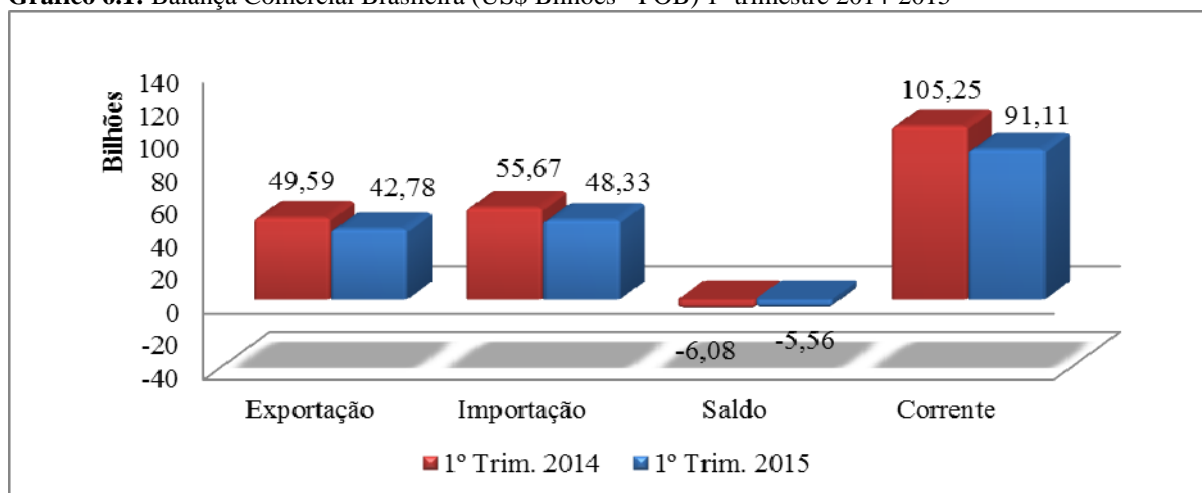
6 COMÉRCIO EXTERIOR

6.1 Cenário Brasileiro

No primeiro trimestre de 2015, o valor das exportações brasileiras somou a quantia de US\$ 42,78 bilhões. Comparado ao mesmo período de 2014, houve retração de 13,74%. Já as importações registraram o valor de US\$ 48,33 bilhões, com queda de 13,17% sobre o mesmo período do ano anterior, de acordo com os dados divulgados pelo Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC). A corrente de comércio apresentou cifra de US\$ 91,11 bilhões, apresentando queda de 13,44% em relação ao mesmo período de 2014. No que se refere ao saldo comercial nesse primeiro trimestre, houve déficit de US\$ 5,56 bilhões, valor inferior ao registrado em igual período de 2014, quando este foi negativo em US\$ 6,08 bilhões (Gráfico 6.1).

Isso, em parte, ocorreu devido às quedas nas demandas das *commodities* de minério de ferro, soja em grão, carne suína, petróleo bruto, carne bovina e de frango. Em relação ao minério de ferro, esse comportamento foi influenciado, principalmente, pela queda de 53,9% nos preços no mercado externo no período, segundo dados do IPEA. Na soja em grão, houve redução de nos preços e na quantidade exportada.

Com respeito às importações brasileiras, a retração se propagou em todas as categorias de produtos de acordo com o Setor de Contas Nacionais: combustíveis e lubrificantes, bens de consumo, bens de capital, matérias-primas e intermediários. A maior contribuição para a redução das importações brasileiras ocorreu na categoria de matérias primas e intermediários, devido a menor aquisição de produtos alimentícios, acessórios de equipamentos de transporte, materiais de construção, partes e peças de produtos intermediários, matérias-primas para a agricultura e produtos agropecuários não-alimentícios.

Gráfico 6.1: Balança Comercial Brasileira (US\$ Bilhões - FOB) 1º trimestre 2014-2015

Fonte: SECEX/MDIC. Elaboração: IPECE.

Com relação ao câmbio, houve bastante volatilidade entre janeiro e março de 2015, onde a moeda (R\$/US\$) valorizou 0,35% no mês de janeiro em relação a dezembro de 2014, e desvalorizou 19% no acumulado de fevereiro e março, vindo a encerrar o mês de março acima de R\$ 3,20, de acordo com dados da Confederação Nacional das Indústrias (CNI). Dentre os fatores responsáveis por essa desvalorização destacam-se a fuga de divisas, devido ao aumento do *risco-país*, que é influenciado pela conjuntura política e fiscal brasileira, a queda nos preços de *commodities* e a menor oferta de dólares no mercado internacional, levando a uma valorização geral dessa moeda em relação às outras. Outro fator que influenciou a valorização do dólar foi a expectativa de aumento da taxa de juros dos Estados Unidos que voltou a crescer em relação à dos países em desenvolvimento, atraindo capitais.

Estudo divulgado pela CNI em parceria com a FUNCEX mostra que a participação de produtos importados da indústria geral no consumo doméstico foi de 22,3% no primeiro trimestre (acumulado em 12 meses), puxado principalmente pelo maior consumo de produtos de informática, eletrônicos e ópticos, metalurgia e produtos químicos.

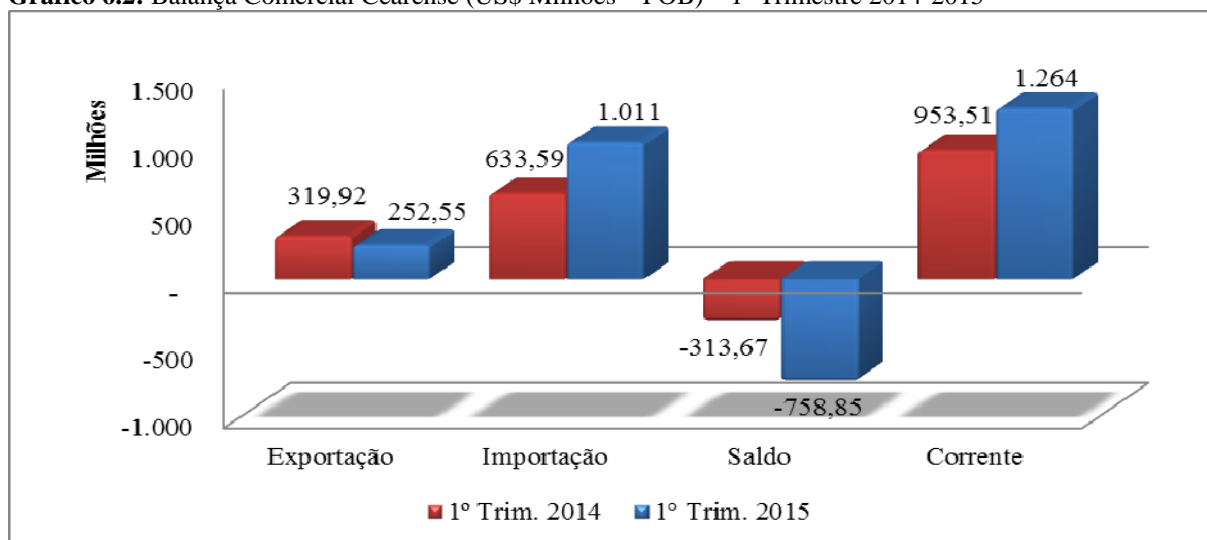
6.2 Cenário Cearense

Quanto às exportações cearenses no primeiro trimestre de 2015 elas totalizaram US\$ 252,55 milhões, expressando uma redução de 21,06% em relação ao ano de 2014. As importações, por sua vez, totalizaram o valor de US\$ 1,01 bilhão apresentando um crescimento relevante de 59,63%, relativamente ao ano anterior. Com esse desempenho, o saldo da balança comercial cearense totalizou um déficit (-US\$ 758,85 milhões) acima do observado no mesmo

período do ano passado (-US\$ 313,67 milhões). Com o movimento das exportações e importações, a corrente de comércio exterior do Ceará nos três primeiros meses do ano alcançou o valor de US\$ 1,26 bilhão, com crescimento de 32,56% em relação ao mesmo período de 2014 (Gráfico 6.2).

No panorama nacional, o Ceará se classificou como o décimo quarto estado exportador do Brasil, apresentando uma participação de 0,59% no total nacional. Da mesma forma, o Estado permanece na décima quarta posição com relação às importações, participando com 2,09%. No cenário regional, subiu de posição passando a ocupar o terceiro lugar, contribuindo com 8,44% do total exportado pelo Nordeste no primeiro trimestre de 2015, sendo superado, apenas pelos estados da Bahia (54,46%) e Maranhão (20,62%). Já com relação às importações, permaneceu em quarto lugar ficando atrás da Bahia (1º), Maranhão (2º) e Pernambuco (3º).

Gráfico 6.2: Balança Comercial Cearense (US\$ Milhões – FOB) – 1º Trimestre 2014-2015



Fonte: SECEX/MDIC. Elaboração: IPECE.

Exportações

No primeiro trimestre de 2015 a pauta de exportações cearense continuou sendo liderada pelas vendas de Calçados e partes, que representou 28,14% do total exportado pelo estado, totalizando o valor de US\$ 71,06 milhões. No entanto, ressaltou-se a queda apresentada na venda desses produtos (-11,22%), na comparação com o 1º trimestre de 2014, causada

principalmente pela diminuição das vendas externas para países da Europa (Grécia, Turquia e Sérvia) e América Latina (México e Paraguai).

Couros e peles ficaram em segundo lugar gerando uma receita de aproximadamente US\$ 48,12 milhões e uma participação de 19,05% no total da pauta das vendas externas nesse primeiro trimestre de 2015. Contudo, houve uma queda de 7,48% na exportação desse setor comparada ao mesmo período do ano anterior, ocorrida por uma acentuada redução na demanda por esses produtos por países como Hong Kong, Índia, Estados Unidos, Estônia e África do Sul.

O setor de frutas (exceto castanha de caju) ocupou o terceiro lugar, com a quantia exportada de US\$ 22,40 milhões, respondendo por 8,87% da pauta cearense e ainda apresentou uma queda de 17,26% em relação ao mesmo período de 2014, sobretudo nas exportações de melões, bananas e mangas. A castanha de caju apresentou também um baixo desempenho nas vendas externas, com redução de 22,29% quando comparado às do mesmo período do ano passado.

A redução no valor exportado de combustíveis minerais (-76,09%) também merece destaque, apresentando uma queda significativa em relação ao mesmo período do ano passado, totalizando uma quantia de US\$ 17,67 milhões no primeiro trimestre de 2015.

É importante destacar o crescimento das exportações de máquinas e equipamentos que apesar de representar apenas 2,46% da pauta de exportação cearense, apresentou uma elevada variação (803,22%) em relação ao mesmo período de 2014 e obteve um faturamento de US\$ 6,20 milhões no primeiro trimestre de 2015, sendo a maior parte desse valor decorrente das exportações para Alemanha (US\$ 4,74 milhões). Houve crescimento também na exportação de ceras vegetais (14,80%) e preparações alimentícias diversas (12,63%), de acordo com a Tabela 6.1.

A principal via de escoamento dos produtos cearenses no primeiro trimestre de 2015 continuou sendo a marítima (69,85%), principalmente pelos portos do Pecém (25,52%), de Fortaleza (21,75%) e de Santos (7,07%).

Tabela 6.1: Principais Produtos Exportados – 1º trimestre – 2014-2015 (US\$ FOB)

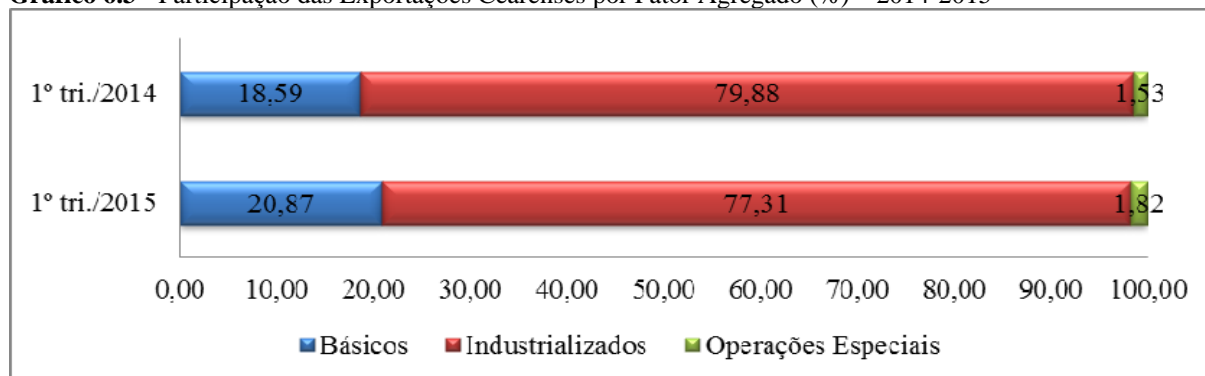
Principais Produtos	2014		2015		Var. (%) 2015/2014
	US\$ FOB	Part.%14	US\$ FOB	Part.%15	
Calçados e partes	80.037.977	25,02	71.060.225	28,14	-11,22
Couros e Peles	52.015.941	16,26	48.122.989	19,05	-7,48
Frutas (exclusivamente castanha de caju)	27.081.801	8,47	22.407.469	8,87	-17,26
Ceras vegetais	17.613.275	5,51	20.220.891	8,01	14,80
Castanha de caju, fresca ou seca, sem casca	25.529.190	7,98	19.839.186	7,86	-22,29
Combustíveis minerais	73.912.112	23,10	17.671.440	7,00	-76,09
Preparações alimentícias diversas	11.683.937	3,65	13.159.526	5,21	12,63
Têxteis	8.904.039	2,78	8.146.450	3,23	-8,51
Máquinas e equipamentos	687.344	0,21	6.208.241	2,46	803,22
Consumo de bordo	4.885.538	1,53	4.577.525	1,81	-6,30
Demais Produtos	17.569.642	5,49	21.139.523	8,37	20,32
Ceará	319.920.796	100,00	252.553.465	100,00	-21,06

Fonte: SECEX/MDIC. Elaboração: IPECE.

Fator Agregado

Neste primeiro trimestre do ano a pauta de exportação por fator agregado do Ceará foi constituída, especialmente, por produtos industrializados, como pode ser observado no Gráfico 6.5.

As exportações de produtos básicos no primeiro trimestre de 2015 apresentaram um ganho tímido de sua participação em 2,28%, frente ao primeiro trimestre de 2014, tendo alcançado o valor de US\$ 52,70 milhões. Já as exportações de produtos industrializados representaram 77,31% do total exportado nesse mesmo período, totalizando um valor de US\$ 63,82 milhões com perda de participação com relação ao mesmo período do ano passado devido à queda nas vendas externas.

Gráfico 6.3 - Participação das Exportações Cearenses por Fator Agregado (%) – 2014-2015

Fonte: SECEX/MDIC. Elaboração: IPECE.

Destinos

Três foram os principais destinos que se destacaram por sua representatividade nas exportações cearenses. Os Estados Unidos continuaram sendo um dos principais portos de destino dos nossos produtos exportados, não obstante ter diminuído para 8,27% sua participação em relação ao mesmo período do ano anterior. No primeiro trimestre do ano os EUA compraram US\$ 49,57 milhões, com destaque para *Ceras vegetais e Castanha de caju* como principais produtos. Sua participação foi de 19,63% do total.

Em segundo lugar, vêm os Países Baixos (Holanda) com o equivalente a US\$ 16,45 milhões (a maior parte representada por *melões frescos*), representando 6,51% das vendas externas do estado.

As Antilhas Holandesas aparecem em terceiro lugar no destino das exportações cearenses, com receita de US\$ 16,38 milhões representada, principalmente, pelo *Fuel Oil* (US\$ 16,29 milhões), cujo valor exportado passou de US\$ 9,10 milhões para US\$ 16,38 milhões, participando com 6,49% (Tabela 6.2).

Tabela 6.2: Principais Destinos das Exportações - 1º Trimestre de 2014-2015 (US\$ FOB)

Principais Países	2014		2015		Var Trim. (%) 15/14
	US\$ FOB	Part.(%)	US\$ FOB	Part.(%)	
Estados Unidos	45.789.497	14,31	49.574.858	19,63	8,27
Países Baixos (Holanda)	92.622.776	28,95	16.453.098	6,51	-82,24
Antilhas Holandesas	9.107	0,00	16.384.972	6,49	179.816,24
Itália	16.479.782	5,15	16.209.601	6,42	-1,64
China	10.491.380	3,28	14.941.719	5,92	42,42
Argentina	12.789.967	4,00	13.412.276	5,31	4,87
Alemanha	7.749.502	2,42	12.367.551	4,90	59,59
Hungria	12.674.905	3,96	12.282.587	4,86	-3,10
Reino Unido	10.397.539	3,25	9.810.932	3,88	-5,64
Espanha	9.230.327	2,89	7.968.433	3,16	-13,67
Demais Países	101.686.014	31,78	83.147.438	32,92	-18,23
Ceará	319.920.796	100,00	252.553.465	100,00	-21,06

Fonte: SECEX/MDIC. Elaboração: IPECE.

Importações

Enquanto as importações brasileiras apresentaram redução de 13,17% no primeiro trimestre de 2015, em relação ao mesmo período do ano anterior, as importações cearenses cresceram

59,63%. Em termos absolutos, o estado importou o equivalente a US\$ 633,59 milhões no primeiro trimestre de 2014, passando para US\$ 1,01 bilhão em 2015. No rol das importações do estado, com relação ao primeiro trimestre, três produtos se destacaram pela sua relevância: combustíveis minerais, produtos metalúrgicos e máquinas e equipamentos (Tabela 6.3).

O grupo de combustíveis minerais foi o primeiro colocado nas importações do estado, com valor de US\$ 558,94 milhões, consistindo em mais da metade (55,26%) do total das importações nesse período, apresentando alta de 903,53% em relação ao mesmo período de 2014. Os principais produtos importados desse grupo foram *Gás natural liquefeito e Hulha betuminosa, não aglomerada*. Com relação ao crescimento das importações desse setor, principalmente de gás natural liquefeito (GNL), pode ser explicado pelo menor custo de importação desse produto para utilização para a operação das térmicas, que vêm demandando mais desse recurso para a geração de energia elétrica no país.

Em segundo lugar, vêm os produtos metalúrgicos, com um valor importado de US\$ 104,23 milhões (10,31%), apresentando um crescimento de 1,15% sobre o primeiro trimestre de 2014, devido às compras provenientes da China, Venezuela e Rússia. A principal compra desse grupo foi de *Outras construções e suas partes, de ferro fundido/ferro/aço*.

Máquinas e equipamentos ficaram em terceiro lugar, com valor de US\$ 92,46 milhões (9,14%), reduzindo em 40,71% suas importações em relação ao mesmo período de 2014, em virtude da menor aquisição desse setor de países como China, Alemanha, Estados Unidos e Itália. Esse grupo foi representado por, principalmente, *Máquinas e aparelhos para ondular papel ou cartão*.

Apesar da relevância desses três produtos na pauta, houve uma redução das compras cearenses em relação aos outros componentes, refletindo a desaceleração da atividade econômica, principalmente de bens de capital e bens intermediários.

Tabela 6.3: Principais Produtos Importados (US\$ FOB) – 1º Trimestre 2014-2015

Principais Produtos	2014		2015		Var. (%) 2015/2014
	US\$ FOB	Part.%14	US\$ FOB	Part.%15	
Combustíveis minerais	55.697.008	8,79	558.937.357	55,26	903,53
Produtos metalúrgicos	103.042.303	16,26	104.230.241	10,31	1,15
Máquinas e equipamentos	155.949.261	24,61	92.460.494	9,14	-40,71
Têxteis	56.817.114	8,97	51.099.531	5,05	-10,06
Produtos químicos	50.110.799	7,91	42.954.359	4,25	-14,28
Trigos	39.364.821	6,21	38.834.015	3,84	-1,35
Plásticos e suas obras	20.992.269	3,31	20.042.316	1,98	-4,53
Óleos de dendê	16.510.101	2,61	14.936.027	1,48	-9,53
Aeronaves e aparelhos espaciais e suas partes	38.008.946	6,00	11.554.526	1,14	-69,60
Vidro e suas obras	7.104.441	1,12	6.992.525	0,69	-1,58
Demais Produtos	89.992.063	14,20	69.365.068	6,86	-22,92
Ceará	633.589.126	100,00	1.011.406.459	100,00	59,63

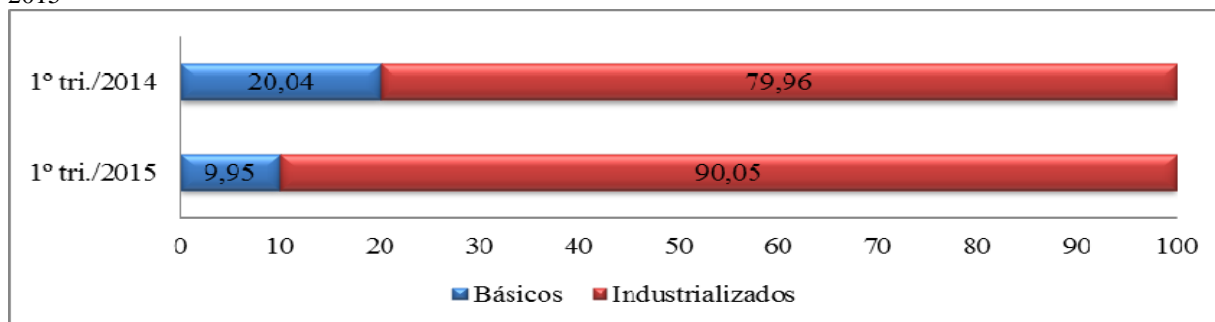
Fonte: SECEX/MDIC Elaboração: IPECE

Fator Agregado

Com relação à importação por fator agregado, observa-se no período analisado que a pauta importadora do estado foi composta, principalmente, por produtos industrializados (Gráfico 6.4).

Houve queda na importação de produtos básicos, reduzindo sua participação no primeiro trimestre de 2015 (9,95%) em relação a 2014 (20,04%), em razão da menor compra de produtos como algodão, arroz e cocos secos.

Já as importações de produtos industrializados representaram 90,05% do total importado no primeiro trimestre de 2015, com destaque para a maior aquisição de produtos manufaturados. Enquanto alguns setores diminuíram suas compras (aeronaves, máquinas e equipamentos, óleo de dendê), o crescimento de industrializados nas importações deveu-se principalmente às compras de Gás natural liquefeito, que representou grande parte das compras desse setor.

Gráfico 6.4: Participação das Importações Cearenses por Fator Agregado (%) – 1º trimestre – 2014-2015

Fonte: SECEX/MDIC. Elaboração: IPECE.

Origens

No 1º trimestre de 2015, houve destaque entre alguns países que não faziam parte da pauta importadora do estado no período de 2014, como Trinidad e Tobago. No trimestre, as compras externas desse país foram de US\$ 166,61 milhões (16,47%), representadas na sua totalidade por *Gás natural liquefeito (GNL)*. As importações da China foram da ordem de US\$ 150,93 milhões (14,92%), apresentando crescimento de 4,97% em relação ao 1º trimestre de 2014, o que ocorreu devido, principalmente, à importação de *Produtos laminados planos, de ferro ou aço não ligado*; Já a Noruega, teve uma representação importante nas importações cearenses, com um valor importado de US\$ 104,32 milhões (10,31%), sendo *Gás natural liquefeito (GNL)* seu principal produto. Esses três países representaram 41,71% do total importado pelo Ceará no período (Tabela 6.4).

É relevante destacar que o Catar e a Nigéria também ficaram entre os dez principais países importadores cearenses no primeiro trimestre de 2015, em comparação ao mesmo período de 2014, por esses países não serem exportadores habituais para o Ceará. Isso foi devido às importações de Gás Natural Liquefeito (GNL) para abastecimento das usinas termoelétricas nacionais que geram energia elétrica.

Tabela 6.4- Principais Origens dos Produtos Importados (US\$ FOB) - 1º Trimestre -2014-2015

Principais Países	2014		2015		Var. Trim. (%) 15/14
	US\$ FOB	Part.% 14	US\$ FOB	Part.%15	
Trinidad e Tobago	0	0,00	166.610.511	16,47	-
China	143.790.012	22,69	150.935.442	14,92	4,97
Noruega	1.774.600	0,28	104.316.393	10,31	5.778,30
Espanha	10.637.275	1,68	71.806.048	7,10	575,04
Colômbia	51.650.804	8,15	57.015.510	5,64	10,39
Catar	0	0,00	55.976.903	5,53	-
Nigéria	0	0,00	53.215.705	5,26	-
França	30.034.395	4,74	48.631.066	4,81	61,92
Coreia do Sul	31.253.229	4,93	44.913.170	4,44	43,71
Argentina	19.712.204	3,11	42.989.971	4,25	118,09
Demais Países	344.736.607	54,41	214.995.740	21,26	-37,63
Ceará	633.589.126	100,00	1.011.406.459	100,00	59,63

Fonte: SECEX/MDIC. Elaboração: IPECE.

7 FINANÇAS PÚBLICAS

O fato que mais chamou a atenção no primeiro trimestre de 2015 com relação à conjuntura das finanças públicas do Ceará foi a queda generalizada das receitas disponíveis do Governo Estadual. Na realidade, é possível constatar, na Tabela 7.1, que as receitas correntes caíram 3,5%, quando se comparam as receitas do primeiro trimestre de 2015 com igual período de 2014.

Tabela 7.1: Receitas do Governo Estadual no Primeiro trimestre de 2014 e 2015 - (R\$1.000,00 de 1º trim. 2015)

Descrição	2014		2015		Var(%)
	R\$	%	R\$	%	
Receitas correntes	4.856.903,72	92,7	4.686.853,22	92,9	-3,5
Receita tributária	2.672.563,94	51,0	2.631.904,75	52,2	-1,5
Impostos	2.575.864,08	49,2	2.539.787,11	50,4	-1,4
Taxas	96.699,86	1,8	92.117,65	1,8	-4,7
Transferências correntes	1.876.952,11	35,8	1.801.089,54	35,7	-4,0
Outras receitas correntes	307.387,68	5,9	253.858,93	5,0	-17,4
Receitas de capital	185.569,31	3,5	207.158,07	4,1	11,6
Operações de crédito	111.087,29	2,1	133.643,42	2,6	20,3
Outras receitas de capital	74.482,02	1,4	73.514,64	1,5	-1,3
Receitas intraorçamentárias	194.579,30	3,7	149.964,73	3,0	-22,9
Total geral	5.237.052,33	100,0	5.043.976,02	100,0	-3,7
Receita corrente líquida	3.938.298,16	--	3.807.634,74	--	-3,3

Fonte: Sefaz/Smart. Elaboração: IPECE.

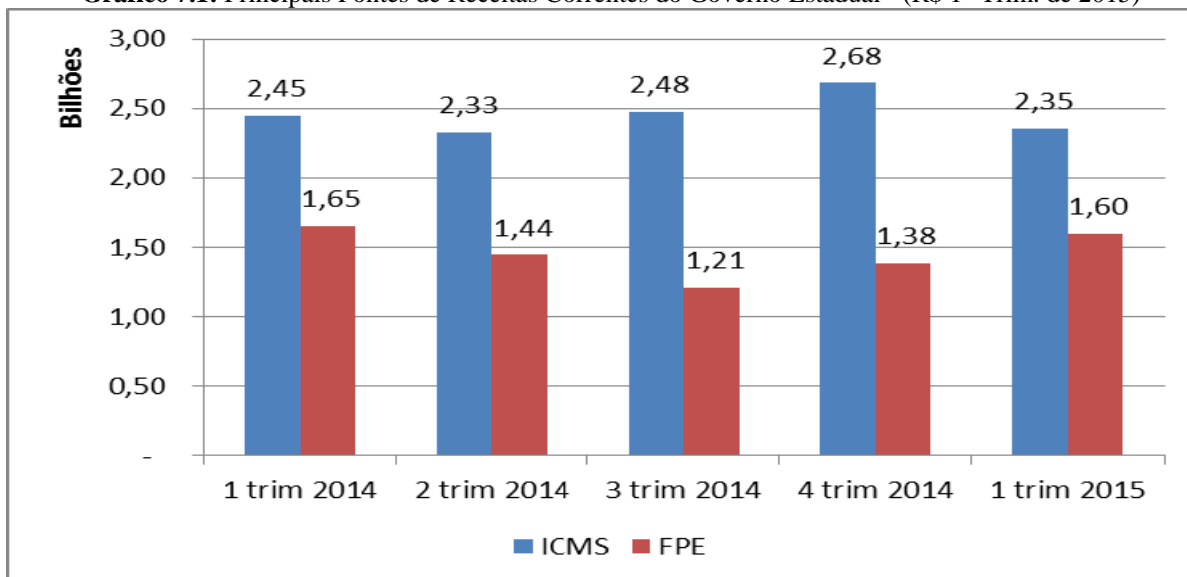
Obs.: Corrigido pela média do IPCA do primeiro trimestre.

Destaque-se que, entre as receitas correntes, houve queda tanto nas receitas tributárias (-1,4%) como nas de transferências (-4%). A única rubrica a registrar crescimento foi a de “operações de crédito”, que representa valores tomados de empréstimo no sistema financeiro, com receitas 20,3% superiores às verificadas em 2014.

Outro ponto interessante a ser observado foi a queda de 3,3% nas receitas correntes líquidas do estado. É importante observar o comportamento desse indicador, pois se considera essa receita para o cálculo dos limites de gastos com pessoal estabelecidos pela Lei de Responsabilidade Fiscal e, como será visto adiante, os gastos com pessoal e encargos sociais cresceram no período em análise.

Entre as principais receitas do governo cearense estão às receitas de ICMS (Imposto sobre a Circulação de Mercadorias e Serviços) e os repasses do FPM (Fundo de Participação dos Municípios), cujos valores repassados e evolução ao longo dos anos são apresentados no Gráfico 7.1. Como pode ser observado, as receitas de ICMS, no primeiro trimestre de 2015, caíram tanto quando se compara com idêntico período do ano anterior como com o trimestre imediatamente anterior, sendo os percentuais de 3,8% e 12,3%.

Gráfico 7.1: Principais Fontes de Receitas Correntes do Governo Estadual - (R\$ 1º Trim. de 2015)



Fonte: Sefaz/Smart. Elaboração: IPECE.

Com relação ao FPM, pode-se observar que houve uma queda de 2,3% com relação ao mesmo trimestre do ano anterior e um crescimento de 15,7% dos repasses desse Fundo relativamente ao trimestre anterior. Como o Governo Federal vem registrando queda em sua arrecadação, no

início de 2015, e espera-se uma significativa retração econômica nacional nesse ano, que deverá se refletir na receita de impostos, é razoável supor que os repasses do FPE para o Ceará venham a ser reduzidos durante o presente ano, sendo, portanto, uma importante restrição às finanças públicas estaduais.

Observando-se o comportamento das despesas do Governo Estadual é possível constatar, na Tabela 7.2, que as despesas correntes, ao contrário das receitas, apresentaraou um crescimento de 3%, quando se compara o primeiro trimestre de 2014 com o de 2015, sendo possível observar que as despesas com “pessoal e encargos sociais” cresceram 4,8% entre os dois períodos. Entretanto, o maior crescimento ocorreu com o pagamento de “juros e encargos da dívida”, que avançaram 38,1%. Ressalte-se que a despesa com “juros e Encargos da dívida” representaram, no primeiro trimestre de 2015, 2,55% da Receita Corrente Líquida do trimestre.

Já as despesas de capital caíram, entre os dois períodos em análise (-23%), destacando-se a queda de 28,9% nos investimentos estaduais. Nesse sentido, constata-se que a queda de receitas, do governo estadual, veio acompanhada de uma significativa redução nos níveis de investimentos estaduais.

Tabela 7.2: Despesas do Governo Estadual no Primeiro trimestre de 2014 e 2015 - (R\$1.000,00 de 1º trim. 2015)

Descrição	2014		2015		Var(%)
	R\$ 1.000,00	%	R\$ 1.000,00	%	
Despesas correntes	3.311.659,87	86,5	3.410.853,78	89,6	3,0
Pessoal e encargos sociais	1.796.516,65	46,9	1.882.568,09	49,4	4,8
Juros e encargos da dívida	70.349,56	1,8	97.153,33	2,6	38,1
Outras despesas correntes	1.444.793,67	37,7	1.431.132,37	37,6	-0,9
Despesas de capital	516.175,78	13,5	397.385,71	10,4	-23,0
Investimentos	371.370,49	9,7	264.008,45	6,9	-28,9
Amortizações	141.531,59	3,7	125.722,20	3,3	-11,2
Outras despesas de capital	3.273,70	0,1	7.655,06	0,2	133,8
Total	3.827.835,65	100,0	3.808.239,49	100,0	-0,5

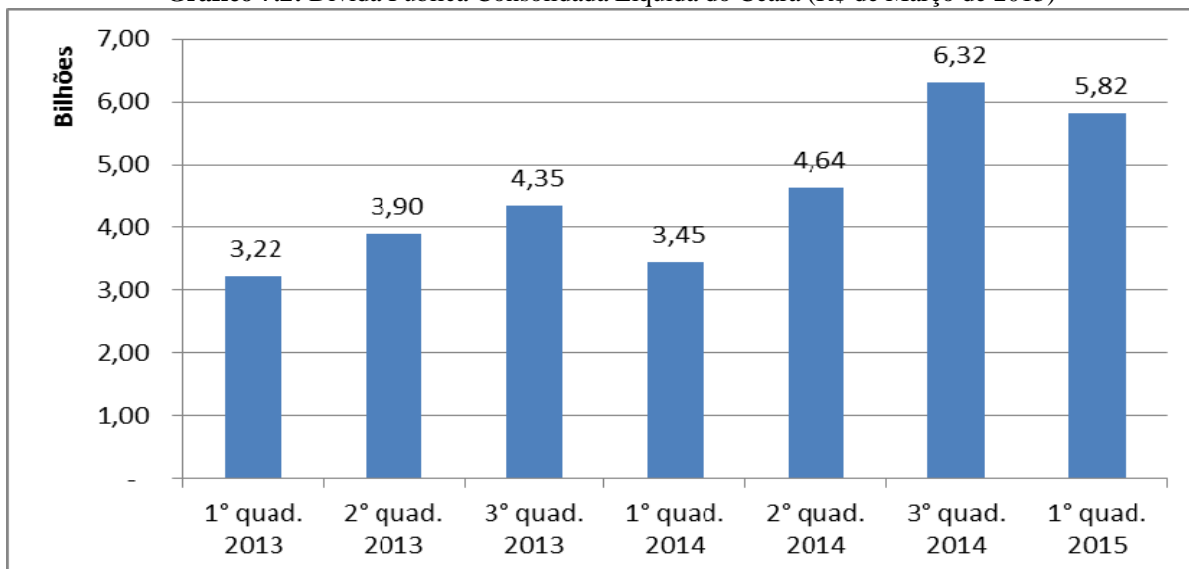
Fonte: Sefaz/Smart. Elaboração: IPECE.

Obs.: Corrigido pela média do IPCA do primeiro trimestre.

Por fim, como último indicador analisado nesse documento vem o comportamento da dívida pública consolidada líquida do Ceará, cujos dados são apresentados no Gráfico 7.2. Nesse gráfico é possível constatar que a dívida pública estadual apresenta tendência de crescimento

desde o primeiro quadrimestre de 2013. Todavia, no primeiro quadrimestre de 2015, houve uma queda de, aproximadamente, R\$ 500 milhões. Apesar dessa tendência de crescimento deve-se destacar que, no primeiro quadrimestre de 2015, a dívida pública consolidada líquida representava 39,5% da receita corrente líquida.

Gráfico 7.2: Dívida Pública Consolidada Líquida do Ceará (R\$ de Março de 2015)



Fonte: STN/SISTN. Elaboração: IPECE.

8. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Na última edição do *World Economic Outlook* (abril de 2015) o FMI manteve a projeção de crescimento da economia mundial em 3,5%. Quanto aos Estados Unidos, apesar do crescimento de 2,7% outros fatores como “clima desfavorável, uma contração forte no investimento no setor de energia, a greve dos portos da costa oeste e os efeitos do dólar mais forte” fizeram com que o FMI reduzisse a estimativa de crescimento do país para o ano de 2015 passando de 3,1% para 2,5%. Mesmo com essa redução, a instituição acredita que a economia do país está mais sólida e deverá se beneficiar com a queda do preço do petróleo.

O PIB nacional a preços de mercado no primeiro trimestre de 2015 recuou -0,2% em relação ao quarto trimestre de 2014 confirmando a tendência de estagnação da economia brasileira juntamente com elevação dos preços, o que caracteriza um cenário conhecido dentro da teoria econômica como estagflação.

A formação bruta de capital fixo sofreu novo recuo (-1,3%) sendo, portanto, a sétima contração consecutiva, resultado da baixa confiança do setor privado. Convém destacar que o

nível de investimento encontra-se em 19,6% do PIB, valor comparável ao de 2009, ano em que a economia brasileira sofreu agudamente os reflexos da crise internacional. A melhora das expectativas ante o cenário futuro pode vir a estabelecer algum crescimento considerando o nível de capacidade ociosa instalada na economia nacional.

No primeiro trimestre de 2015 com relação ao mesmo período de 2014, a economia cearense apresentou uma taxa de crescimento de 1,05%. Este crescimento foi superior ao nacional, mas inferior ao registrado no primeiro trimestre de 2014, com relação ao mesmo período de 2013, quando se verificou um crescimento de 3,93%.

Em relação aos setores que compõem o cálculo do PIB do Ceará, a Agropecuária apresentou, no primeiro trimestre de 2015, em comparação com o mesmo período de 2014, um crescimento de 20,31%. Vale destacar que este alto crescimento deveu-se ao volume de chuvas ter sido superior ao registrado para o mesmo período de 2014. A Indústria, por sua vez, teve contração de 2,52%, apresentando o mesmo ritmo de queda dos últimos três trimestres. Finalmente, o setor de serviços cresceu apenas 0,7%, consequência do fraco desempenho da atividade do Comércio.

Para o começo de 2015 o setor da agropecuária não apresenta situação climática favorável em razão, principalmente, das consequências causadas pela longa estiagem no Ceará e em todo o Nordeste, com características de baixa umidade e degradação do solo. Dados da FUNCEME para o primeiro trimestre de 2015 apresentaram uma quantidade de chuva abaixo da média observada.

Ao contrário do que ocorreu no ano passado, quando as chuvas foram melhor distribuídas tanto em termos temporal quanto espacial, o primeiro trimestre de 2015 apresentou chuvas concentradas nas regiões litoraneas do Ceará e em grande quantidade em apenas poucos dias. Para a produção agrícola cearense esse período de chuva não foi muito favorável visto que as regiões litorâneas produzem em menor quantidade as lavouras dependentes de chuvas, além da concentração temporal, o que prejudica o plantio por passar muitos dias sem água.

É importante ressaltar que no primeiro trimestre do ano o desempenho do setor agropecuário fica mais dependente da pecuária, pois poucas culturas agrícolas são colhidas nesse período.

No trimestre inicial de 2015 a indústria de transformação cearense manteve a sequência de resultados negativos que caracterizaram o ano 2014. Nos meses de janeiro a março, a produção registrou uma redução de 6,1% na comparação com o mesmo período de 2014, conforme o indicador de produção física da Pesquisa Industrial Mensal do IBGE.

Após apresentar uma trajetória mais descolada da indústria nacional em 2013, ano de recuperação frente a 2012, a indústria cearense voltou a registrar uma trajetória próxima à observada pela manufatura brasileira.

No primeiro trimestre de 2015, a indústria de transformação no Ceará acompanhou o movimento no país, mas registrou quedas menores que o setor em nível nacional. Esse ambiente de menor dinamismo e retração na indústria nacional é o resultado das retrações observadas na produção na maior parte dos estados pesquisados. Entre as quatorze unidades com levantamento, dez delas acumularam resultados negativos no início do ano.

Dados divulgados pela PMC do IBGE registraram para o varejo nacional no primeiro trimestre de 2015 uma queda nas vendas de 5,3%, sendo a maior dos últimos quatro trimestres. De fato, ocorreu no setor uma perda de dinamismo que passou de um comportamento positivo até o primeiro trimestre de 2014 para uma variação negativa no primeiro trimestre de 2015 (apenas cinco estados no país apresentaram crescimento nas vendas de seus varejos).

Com relação ao varejo comum cearense é possível notar também uma desaceleração no ritmo de vendas passando a apresentar queda no início do ano de 2015, revertendo completamente a trajetória de sucessivas taxas de crescimento observadas até então.

No varejo ampliado foi também nítida a trajetória de desaceleração do ritmo de vendas, provocada, principalmente, pela queda nas vendas de veículos, não obstante o crescimento nas vendas de materiais de construção não ter sido suficiente para impedir esse acontecimento. Apenas cinco dos treze setores presentes registraram elevação no seu ritmo de vendas no acumulado do primeiro trimestre de 2015 comparado a igual período de 2014

A taxa de desemprego da RMF vem apresentando fortes oscilações tendo atingido um dos níveis mais baixos da série em dezembro de 2014 com taxa de 6,9% e forte crescimento a

partir de então. De fato, em março de 2014 a taxa de desocupados chegou a 8% e dadas as condições conjunturais atuais a tendência é de alta nos próximos meses.

Dados da CAGED mostram que ocorreu no acumulado do primeiro trimestre de 2015 um fechamento de 45.934 vagas de trabalho com carteira assinada em todo o Brasil. Nos últimos quatro anos, o Brasil sempre havia registrado abertura de novas vagas no acumulado do primeiro trimestre. Todavia, desde 2011, essa dinâmica vinha demonstrando sinais de perda de sua força.

Em 2011, foram criados no estado do Ceará 5.416 postos no acumulado do primeiro trimestre. Todavia, após a recuperação em 2014, antecedida da perda de postos de trabalho em 2013, o estado passou a registrar o maior fechamento de postos de trabalho dos últimos cinco anos para o período investigado, sendo o quinto estado do país a registrar a maior perda de postos de trabalho.

No primeiro trimestre de 2015 a pauta de exportações cearense continuou sendo liderada pelas vendas de Calçados e partes, representando 28,14% do total exportado pelo estado, totalizando o valor de US\$ 71,06 milhões. Couros e peles ficaram em segundo lugar gerando uma receita de, aproximadamente, US\$ 48,12 milhões e uma participação de 19,05% do total da pauta de vendas nesse mesmo período.

O setor de frutas (exceto castanha de caju) ocupou o terceiro lugar, com a quantia exportada de US\$ 22,40 milhões, respondendo por 8,87% da pauta cearense. É importante destacar o crescimento das exportações de máquinas e equipamentos que apesar de representar apenas 2,46%, apresentou uma elevada variação (803,22%) neste primeiro trimestre do ano.

No rol das importações três produtos se destacaram pela sua relevância: combustíveis minerais, produtos metalúrgicos e máquinas e equipamentos. O grupo de combustíveis minerais foi o primeiro colocado nas importações do estado, com valor de US\$ 558,94 milhões, consistindo em mais da metade (55,26%) do total das importações nesse período, apresentando alta de 903,53% em relação ao mesmo período de 2014. Esse crescimento deveu-se, notadamente, às compras de gás natural liquefeito (GNL), por conta do menor custo de importação desse produto para utilização pelas usinas térmicas, as quais vêm demandando mais desse recurso para a geração de energia elétrica no país.

O fato que mais chamou a atenção no primeiro trimestre de 2015 com relação à conjuntura das finanças públicas do Ceará foi a queda generalizada das receitas disponíveis: as receitas correntes caíram 3,5%, quando se comparam as receitas do primeiro trimestre de 2015 com igual período de 2014.

Destaque-se que, entre as receitas correntes, houve queda tanto nas receitas tributárias (-1,4%) como nas de transferências (4%). A única rubrica a registrar crescimento foi a de “operações de crédito”, que representa valores tomados de empréstimo no sistema financeiro, com receitas 20,3% superiores às verificadas em 2014.

Do lado das despesas, observou-se que as despesas correntes apresentaram crescimento de 3%, quando se compara o primeiro trimestre de 2014 com o de 2015, sendo possível observar que as despesas com “pessoal e encargos sociais” cresceram 4,8% entre os dois períodos. Entretanto, o maior crescimento ocorreu com o pagamento de “juros e encargos da dívida”, que avançaram 38,1%. Já as despesas de capital caíram entre os dois períodos em análise (23%), destacando-se a queda de 28,9% nos investimentos estaduais.

9. ARTIGO DE OPINIÃO³

O Federalismo Fiscal Brasileiro e Algumas de Suas Distorções

Paulo Pontes – Analista de Políticas Públicas do IPECE

O sistema federativo foi introduzido no Brasil à época da proclamação da república, sendo um contraponto à centralização do poder decisório nacional vigente no período do império. Desde então houve momentos em que as unidades subnacionais perderam autonomia política, em detrimento do poder central, para, em seguida, a recuperarem.

O último desses movimentos ocorreu na década de 1980, quando foi promulgada a Constituição Federal de 1988, em que foram estabelecidas as funções que deveriam ser assumidas pela União, estados e municípios, bem como as fontes de receitas desses diferentes entes federativos.

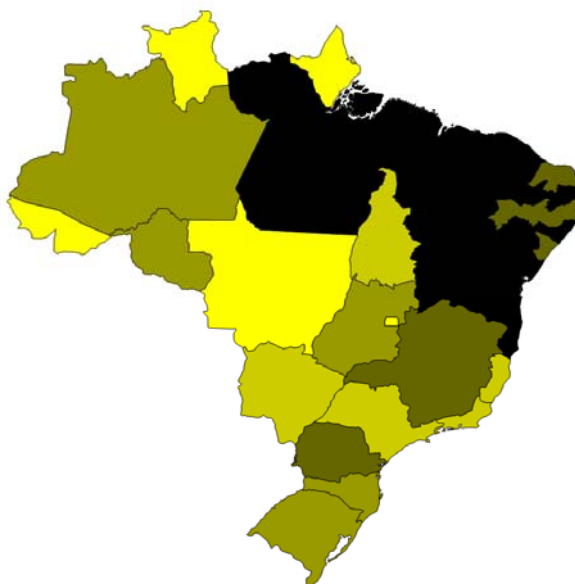
A Constituição estabeleceu que os estados passariam a possuir autonomia para legislar sobre o Imposto de Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) e que a União deveria transferir parte de suas receitas como Imposto de Renda e Impostos sobre Produtos Industrializados (IPI) para os estados e municípios. Essa última medida tinha por objetivo garantir que os estados menos desenvolvidos dispusessem dos recursos necessários para financiar suas necessidades.

Apesar dessa preocupação de garantir que os estados menos desenvolvidos possuíssem recursos para garantir a prestação de serviços públicos, observou-se, posteriormente à proclamação da Constituição de 1988, que havia uma considerável diferença entre os estados brasileiros quanto aos recursos disponíveis para o financiamento dos serviços públicos estaduais. De fato, ao observar dados das finanças públicas estaduais de 2013, disponibilizados pelo STN, constatou-se que em Roraima o governo estadual dispunha de R\$ 6.197 de receitas correntes *per capita*, enquanto no Maranhão essa disponibilidade de recursos era de, aproximadamente, R\$ 1.851, o que representa quase 30% do verificado em Roraima.

³ As ideias colocadas neste tópico refletem exclusivamente a visão do autor, não sendo, portanto, a posição oficial do IPECE.

Como pode ser observado na Figura 1, é possível constatar que, de uma forma geral, os estados que possuem menor disponibilidade de recursos *per capita* estão na Região Nordeste, enquanto as maiores disponibilidades estão nas regiões Norte e Centro-Oeste. Relativamente à Região Sudeste, é possível constatar que seus estados, exceto Minas Gerais, estão na segunda faixa de maior disponibilidade de recursos por habitante. Os dados apresentados na Tabela 1 reforçam as informações acima, podendo-se destacar que a Região Nordeste possui a menor disponibilidade de recursos *per capita*, enquanto a Centro-Oeste a maior média regional.

Figura 1: Distribuição Espacial das Receitas Correntes *per capita* dos Estados Brasileiros, em 2013 (R\$ de 2013)



Cor	Intervalo
Preto	Menor que 2463,34
Verde escuro	2463,34 -- 3403,59
Verde médio	3403,59 -- 3809,13
Verde claro	3809,13 -- 4662,59
Amarelo	4662,59 -- 6398,15

Fonte: STN.

Tabela 1: Receitas Correntes e População por Região Brasileira em 2013 (R\$ de 2013)

Região	Receitas Correntes	População	RC per capita
Norte	57.892.150.881,04	17.013.559,00	3.402,71
Nordeste	130.272.783.767,89	55.786.418,00	2.335,21
Sudeste	311.187.472.090,43	84.465.570,00	3.684,19
Sul	98.829.730.899,92	28.795.762,00	3.432,09
Centro-Oeste	66.209.266.345,75	14.993.191,00	4.415,96
Total	664.391.403.985,03	201.054.500,00	3.304,53

Fonte: STN.

É nesse quadro de disparidades regionais que, nas últimas semanas de maio de 2015, o Congresso iniciou um debate sobre o pacto federativo brasileiro, abrindo, dessa forma, uma oportunidade para que se possa rediscutir o federalismo fiscal brasileiro, tendo como objetivo precípuo melhorar a distribuição de recursos entre os estados da federação, visando promover uma maior equidade de acesso a serviços públicos provisionados pelos estados. Entretanto, o contexto atual não é dos mais favoráveis, tendo em vista a situação atual das contas públicas nacionais, razão porque torna-se necessário um maior esforço para que sejam encontradas soluções no longo prazo que permitam não só um melhor equilíbrio federativo, mas também a solvência das contas públicas da União.